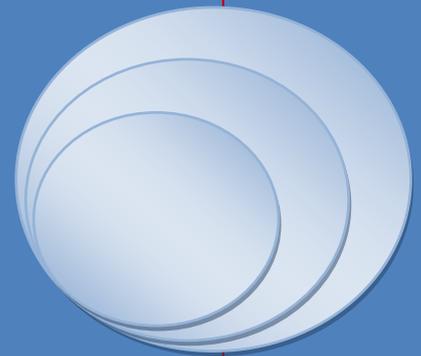


O Rebelde Aristocrata

Nos 200 Anos da Visita de Byron
a Portugal



Organização

Maria Zulmira Castanheira

Miguel Alarcão

Studies in Classicism and Romanticism 1

FLUP | CETAPS, 2010

Studies in Classicism and Romanticism

Studies in Classicism and Romanticism is an academic series published on-line by the Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies (CETAPS) and hosted by the central library of the Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal.

Studies in Classicism and Romanticism has come into being as a result of the commitment of a group of scholars who are especially interested in English literature and culture from the mid-seventeenth to the mid-nineteenth century.

The principal objective of the series is the publication in electronic format of monographs and collections of essays, either in English or in Portuguese, with no pre-established methodological framework, as well as the publication of relevant primary texts from the period *c.* 1650-*c.* 1850.

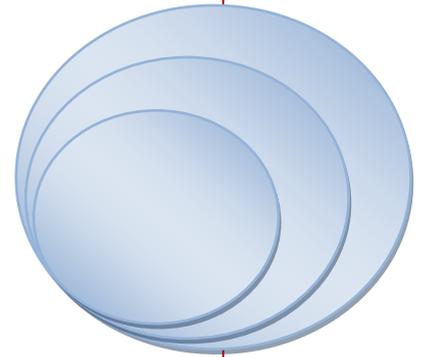
Series Editors

Jorge Bastos da Silva

Maria Zulmira Castanheira

O Rebelde Aristocrata

Nos 200 Anos da Visita de Byron
a Portugal



Organização

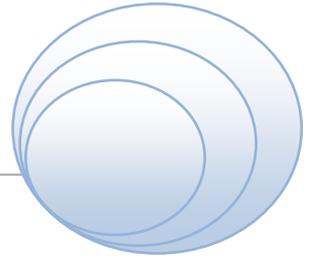
Maria Zulmira Castanheira

Miguel Alarcão

Studies in Classicism and Romanticism 1

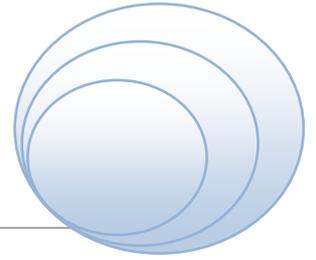
FLUP | CETAPS, 2010

Sumário



Apresentação	4
Jorge Bastos da Silva, “O Génio e o Desespero: Byron e a Violência da Visão Romântica”	7
Maria Zulmira Castanheira, “Os Precipícios do Génio: Imagens de Byron na Imprensa Periódica do Romantismo Português”	24
João Almeida Flor, “Byron e Lamartine num Soneto de Alcipe”	42
Maria de Deus Duarte, “Amazonas não são da Hespanha as Filhas?: Byron & “the Spanish Maid’ ”	55
Miguel Alarcão, “Byron Nosso Contemporâneo: Uma Fantasia Ludita”	68
Manuel Filipe Canaveira, “O Childe Harold do nosso Descontentamento”	85
Anexos – <i>Jornada Byroniana</i> de 18 de Junho de 2009	101
Poster	
Programa	

Apresentação



A iniciativa que se apresenta (e está, aliás, na base deste número inaugural da série *Studies in Classicism and Romanticism*) teve lugar em 17 e 18 de Junho de 2009 e foi concebida pelo pólo do CETAPS sediado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa. O objectivo principal – ou, pelo menos, original – da Comissão Organizadora era o de assinalar os 200 anos da passagem pelo nosso país de George Gordon, *Lord Byron* (1788-1824), figura cimeira do Romantismo inglês e emblematicamente paradigmática do movimento à escala europeia e mesmo mundial.

No decurso dos preparativos iniciais e na sequência do que se acabou de dizer, a Comissão Organizadora da “Jornada Byroniana” foi, porém, progressivamente tomando consciência de que uma focalização eventual e excessiva na curta e intempestiva visita de há dois séculos não faria verdadeiramente justiça à complexa personalidade e às actividades multifacetadas e controversas deste ícone por excelência do Romantismo “global”. Dito de outro modo: sem renegar a enorme importância fundacional, histórica e até “afectiva” dos Estudos Anglo-Portugueses na investigação científica do pólo de Lisboa do actual CETAPS, explorações,

Citação: Castanheira, Maria Zulmira, e Miguel Alarcão. “Apresentação”. *O Rebelde Aristocrata. Nos 200 Anos da Visita de Byron a Portugal*. Org. Maria Zulmira Castanheira e Miguel Alarcão. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies, 2010, pp. 4-6.



análises e comentários porventura excessivamente “reféns” de duas dúzias de estrofes depreciativas e preconceituosas sobre Portugal (excepção feita ao “Éden glorioso” com que, segundo o bardo, havíamos sido imerecidamente presenteados...) jamais reflectiriam o alargamento de áreas e horizontes de investigação decorrente da fusão do antigo Centro de Estudos Anglo-Portugueses (CEAP) com o Instituto de Cultura Inglesa (ICI), adjacente ao Departamento de Estudos Anglo-Americanos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP).

Desta consciencialização resultaram dois factos que a Comissão Organizadora reputa de grande importância. A primeira – e mais recente – foi a criação de um grupo informal de docentes e investigadores das duas academias, unidos por um comum interesse nos períodos neoclássico e/ou romântico, estudáveis segundo linhas e perspectivas anglo-portuguesas, mas também britânicas. A segunda, mais directamente relevante, foi a decisão conjunta de avançar com a edição electrónica de uma colecção ou revista que pudesse funcionar como repositório escrito de iniciativas como aquela cuja memória aqui recuperamos e preservamos.

Em nossa opinião, terão sido, sem dúvida, este renovado contexto e o alargamento sinérgico de interesses e actividades que permitiram, por um lado, a abertura e o enfoque multi-temáticos de que Byron foi objecto durante a Jornada que lhe foi dedicada e que as comunicações coligadas comprovam; e, por outro, a presença de destacados investigadores e académicos de diferentes universidades e cuja colaboração e presença a Comissão Organizadora profundamente agradece: o Professor Doutor João de Almeida Flor (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa); o Professor Doutor Jorge Miguel Bastos da Silva (FLUP); a Doutora Maria de Deus Duarte (CETAPS), o Professor Doutor Manuel Filipe Canaveira (FCSH/CETAPS) e o Senhor Arquitecto Paisagista Gerald Luckhurst, cujo texto não foi, infelizmente, possível incluir nesta edição, mas que integrará proximamente a *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*. Ao Arquitecto Gerald Luckhurst é,



aliás, devido um agradecimento adicional pela visita guiada ao Parque e Palácio de Monserrate, cujos restauros supervisiona, no passado dia 17 de Junho.

A Comissão Organizadora da Jornada Byroniana agradece também ao Eng^o Gonçalo Macedo Leal, responsável pela concepção e execução gráficas dos *posters* originais, que com muito gosto são reproduzidos no final do presente volume.

Finalmente, a Comissão Organizadora gostaria ainda de agradecer à Direcção da FCSH a cedência de um auditório para a realização das conferências, bem como aos Colegas e Alunos presentes e à Sr^a D. Isabel Moreira (Sabor@Nova), que, com a simpatia e o profissionalismo habituais, providenciou os serviços de *catering*.

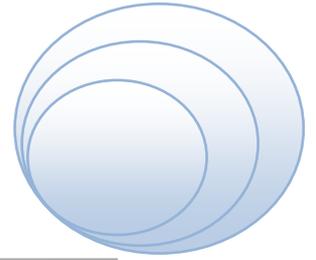
Fevereiro de 2010

A Comissão Organizadora,

Maria Zulmira Castanheira

Miguel Alarcão

O Génio e o Desespero: Byron e a Violência da Visão Romântica



Jorge Bastos da Silva

Faculdade de Letras da Universidade do Porto | CETAPS

Na história literária tradicional, e mesmo em muitas das suas versões contemporâneas, Byron tem um estatuto de figura atípica entre os poetas do Romantismo inglês. Se pensarmos no sexteto de grandes autores hipercanónicos – isto é, naqueles que estiveram na base da própria construção do conceito histórico-literário de Romantismo, sem prejuízo para a contemplação, em décadas mais recentes, de outros autores, e nomeadamente de mulheres escritoras –, deparamo-nos com alguns dados que significativamente distanciam Byron do grupo (apesar de tudo notoriamente heterogéneo) formado por Blake, Wordsworth, Coleridge, Shelley e Keats. De todos, Byron é decerto o poeta menos apostado em processos de representação simbólica ou alegórica do real – de tal modo que alguns serão tentados a acusá-lo de prosaísmo. É, ainda, embora quase todos pudessem reconhecer continuidades importantes, o poeta que assume a sua admiração pelos valores éticos e estéticos do Período Augustano, uma admiração focada na obra de Pope e que o levou a fazer da poesia o lugar da crítica e da controvérsia literária. E é também o poeta que se mostra mais propenso à sátira e à paródia, e que desde logo as dirige, com iconoclastia

Citação: Silva, Jorge Bastos da. “O Génio e o Desespero. Byron e a Violência da Visão Romântica”. *O Rebelde Aristocrata. Nos 200 Anos da Visita de Byron a Portugal*. Org. Maria Zulmira Castanheira e Miguel Alarcão. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies, 2010, pp. 7-23.



(Southey falou em “satanismo” no prefácio de *A Vision of Judgment*¹), a outras figuras da própria literatura romântica, sendo o poeta que mais aberta e bruscamente entra em confronto com os outros. Parece, aliás, fazê-lo como rebelde sem causa, sem premissas ideológicas bem definidas – ao contrário, por exemplo, do seu amigo Shelley, que empreendeu o apostolado de reformas políticas radicais, do vegetarianismo e do ateísmo –, como contestatário gratuito e anti-reflexivo, um diletante *poseur* que seduziu a Europa do seu tempo – e, no entanto, é o único poeta a quem Bertrand Russell, na sua *History of Western Philosophy*, achou por bem dedicar um capítulo autónomo, onde aparece retratado como encarnação do “rebelde aristocrata”, eivado de “desespero cósmico”, e muito próximo do orgulho nietzscheano que renega Deus por não querer ter de se humilhar perante Ele (uma atitude que, segundo Russell, teve Napoleão e Hitler como avatares históricos).²

Mas não é só Byron que afronta os seus coevos, são eles também, claro está, que não se revêem na sua atitude e na sua escrita. Keats, numa carta de Setembro de 1819, estabelece entre si e Byron uma diferença que é, diz, de monta: “There is this great difference between us. He describes what he sees – I describe what I imagine – Mine is the hardest task”.³ A formulação é interessante por contrapor dois tipos de olhar: o do observador empírico e o do visionário (do indivíduo cujas aspirações o votam à missão mais difícil e mais penosa – o superlativo *hardest* comporta ambos os significados); e deste modo é uma formulação que nos situa no ponto axial do Romantismo, cuja consagração histórico-literária assentou em grande medida no conceito de imaginação e em outros que se lhe agregaram – de cariz especificamente crítico-literário, de contornos espiritualistas ou de incidência psicológica: conceitos como intuição, originalidade, génio, idealismo, individualismo, revelação, redenção.

A centralidade da imaginação à sensibilidade romântica surge como um princípio operatório fundamental em estudos que tiveram grande e merecida influência, como são os de Meyer H. Abrams, *The Mirror and the*



Lamp e *Natural Supernaturalism*, que tomamos por representativos.⁴ Trabalhos com esta orientação têm sido sujeitos a vagas sucessivas de revisionismo, oriundas de quadrantes desconstrucionistas (por exemplo, Paul de Man, com *The Rhetoric of Romanticism* e vários ensaios de *Blindness and Insight*), neo-historicistas (por exemplo, Jerome J. McGann, com *Romantic Ideology* e – já que falamos de Byron – *Fiery Dust: Byron's Poetic Development* e *Byron and Romanticism*) e feministas (por exemplo, Anne K. Mellor, com *Romanticism and Gender*). Tais revisionismos têm dado contributos relevantes para uma mais profunda apreensão da composição retórica dos textos, para uma nova consciência das suas modalidades de inserção nas circunstâncias sociais e nos quadros ideológicos setecentistas e oitocentistas, e para o alargamento do cânone e a questionação das matrizes críticas que superintenderam à sua formação, mas têm-se mostrado incapazes de destronar a ênfase posta na imaginação como faculdade definidora da mundividência romântica porque essa ênfase se encontra explicitamente inscrita no *corpus* do Romantismo.⁵

Com efeito, de tal modo se consensualizou a centralidade do visionarismo romântico a toda uma mundividência que os revisionismos parecem, aqui e ali, um tanto *recherchés*, como sucede quando as ideias em análise alcançam estatuto de naturalização. Mas esse efeito de estranheza não se deve simplesmente a um suposto carácter vicioso, auto-replicador, que pudesse apontar-se à crítica e à historiografia literárias como práticas institucionalizadas, deve-se, antes de mais, ao facto de os autores em apreço tematizarem a natureza e a função da visão imaginativa como elemento fulcral e originante de um discurso criativo que se pretende humanamente relevante. Posto isto, é bem de ver que os estudiosos do Romantismo podem percorrer caminhos outros e vários, mas dificilmente podem deixar de ser, num momento decisivo das suas investigações – e para usarmos uma expressão com que Northrop Frye descreve Blake –, *literalistas da imaginação* (cf. Frye 85). Dispensar a imaginação, ou ensaiar leituras de fundo do Romantismo que definitivamente a subalternizem, seria como estudar a



poesia augustana sem atender ao conceito de *wit*, que não apenas articula uma série de opções críticas no plano estritamente literário mas também efectua a ligação da cultura literária ao substrato filosófico que a informa e, numa certa perspectiva, que a legitima porque a relaciona com um sentido de verdade. No limite, somos incapazes de escapar ao círculo hermenêutico que define o Romantismo pela imaginação e que conceptualiza a imaginação a partir do *corpus* textual do Romantismo.

A cultura literária romântica define e legitima o lugar da poesia entre as demais dimensões da cultura atribuindo-lhe um modo especial de ver. E neste postulado Byron reencontra-se com os seus coevos, embora com hesitações ou ambiguidades que procuraremos caracterizar, e mau grado a antipatia de Keats, expressa no passo citado da correspondência.

Assim, Blake, numa carta de 1799 em que reflecte sobre a sua condição de pintor mas em que evoca também os monumentos da poesia (Homero, Virgílio, Milton e a Bíblia), sustenta ser a sua arte animada por um modo particular de percepção, por meio do qual a realidade patente, comum, é investida de intuições que a transcendem e sublimam, e que pode assim oferecer ao sujeito um preenchimento vivencial de plena humanidade:

I feel that a Man may be happy in This World. And I know that This World Is a World of imagination & Vision. [...] But to the Eyes of the Man of Imagination, Nature is Imagination itself. As a man is, So he Sees. As the Eye is formed, such are its Powers. You certainly Mistake, when you say that the Visions of Fancy are not to be found in This World. To Me This World is all One continued Vision of Fancy or Imagination [...]. (793)

Nesta carta, Blake fala em *Spiritual Sensation* – um oxímoro – como sinónimo de *Imagination* e explica o tipo de pintura que subjaz a todos os outros, que é aquele que proporciona ou que incorpora *Visions of Eternity* (cf. 793-794). Coleridge, remetendo para o mesmo tipo de realidade e de percepção transcendental, fala em *phantoms of sublimity* num poema intitulado “Apologia pro Vita Sua”, que citamos na íntegra:



The poet in his lone yet genial hour
 Gives to his eyes a magnifying power:
 Or rather he emancipates his eyes
 From the black shapeless accidents of size –
 In unctuous cones of kindling coal,
 Or smoke upwreathing from the pipe's trim bole,
 His gifted ken can see
 Phantoms of sublimity.⁶

Por seu turno, Wordsworth, em *Lines Composed a few Miles above Tintern Abbey*, afirma com serena melancolia a felicidade daquele que no contacto com a natureza experiencia como que uma suspensão do respirar e do correr do sangue nas veias,

While with an eye made quiet by the power
 Of harmony, and the deep power of joy,
 We see into the life of things. (vv. 47-49)

Em *The Dream*, Byron afirma:

The mind can make
 Substance, and people planets of its own
 With beings brighter than have been, and give
 A breath to forms which can outlive all flesh. (vv. 19-22)

E Shelley, em *Adonais*, uma elegia escrita em memória de Keats, glosando o tema da condição infausta do poeta, faz aparecer, personificadas, a chorar a morte de Adonais, as emoções suscitadas pela poesia e as próprias criações do poeta que morreu (cf. vv. 109-120). O artifício traduz a noção de que aquilo que o poeta cria na sua obra extravasa da mera imanência textual, na medida em que a imaginação é capaz de criar realidades substantivas. O que a imaginação não é capaz de fazer, no entanto, é salvar o poeta da contingência, da finitude, afinal da morte, e isso confere um fundo elegíaco marcante à poesia do Romantismo na sua dimensão auto-reflexiva e auto-mitificadora.



A este propósito, queremos deixar declarada uma dupla intenção, que só poderá ser cumprida de forma muito esboçada: o que pretendemos fazer aqui é reaproximar Byron dos outros poetas do Romantismo a pretexto da ideia de que a condição de poeta se define por uma espécie superior de visão; e fazer notar, por outro lado, que a visão de que se reivindicam os poetas românticos surge profundamente marcada por um imaginário de violência. É-o no seu conteúdo: basta lembrar o extremo dinamismo conflitual da mitografia blakeana, a sedução dos portentos da natureza (o sublime natural), a ocorrência de crimes de vária ordem, do incesto ao assassinato, a presença do tema da revolução em *America*, de Blake, *The Prelude*, de Wordsworth, *The Revolt of Islam*, de Shelley, *The Corsair*, de Byron, *The Fall of Hyperion*, de Keats; o naufrágio, o canibalismo e a guerra em *Don Juan*... Mas é também, e desde logo, marcada pela violência a visão no seu significado vivencial, enquanto operador psicológico e criativo, porquanto se apresenta muitas vezes associada à ideia de que ser poeta é estar fadado para um destino ingrato – a ideia de que a visão poética potencia revelações mas exige ao mesmo tempo, e inapelavelmente, o maior sacrifício.

Com Coleridge e Wordsworth, o Romantismo constrói o seu mito do poeta infeliz em torno da figura de Thomas Chatterton, que, em 1770, amargurado com o insucesso literário, se suicidou com dezassete anos apenas.⁷ Coleridge, cuja carreira de literato e homem público se desenrolou sob o signo da incerteza de ser compreendido pelos compradores dos seus escritos e pela audiência das suas palestras, dedica a Chatterton um poema (“Monody on the Death of Chatterton”) em que acusa a sociedade de desamparar os homens de génio, ao mesmo tempo que associa a sua condição à dele, num momento em que sente falecerem-lhe a faculdade imaginativa e as esperanças de sucesso no mundo das Letras. Atribuindo a Chatterton um lugar tutelar na esfera da poesia, exprime o desejo de lhe erguer um monumento numa colina com vista para o Susquehannah, no quadro da sua utopia americana, a Pantisocracia. Wordsworth, por sua vez, em *Resolution and Independence*, onde narra o seu encontro (verídico ou



fictício, pouco importará) com um homem muito velho que apanha sanguessugas, evoca melancolicamente “[...] mighty Poets in their misery dead” (v. 116) – Chatterton e Burns:

I thought of Chatterton, the marvellous Boy,
The sleepless Soul that perished in his pride;
Of Him who walked in glory and in joy
Following his plough, along the mountain-side:
By our own spirits are we deified:
We Poets in our youth begin in gladness;
But thereof come in the end despondency and madness. (vv. 43-49)

Despondency and madness. Esta vocação trágica das visões poéticas ecoa quase vocabularmente na obra de Byron. No Canto IV de *The Prophecy of Dante* lê-se: “Despair and Genius are too oft connected” (v. 39; extraímos deste verso o nosso título). No Canto III, o vate exilado de Florença celebra Petrarca, Ariosto e Tasso como poetas que amargaram as suas aspirações, nos dois últimos casos chegando a “despondency” e “despair” (cf. vv. 98-178). A narrativa *The Dream* relata um sonho onde figuram um jovem e uma rapariga, apaixonados, cuja história acaba desafortunadamente:

My dream was past; it had no further change.
It was of a strange order, that the doom
Of these two creatures should be thus traced out
Almost like a reality – the one
To end in madness – both in misery. (vv. 202-206)

A rapariga sofre um transtorno emocional que, redundando em loucura, permite ao poeta lembrar que a visão poética é, ela mesma, uma forma distinta, mais profunda, de loucura:

The Lady of his love: – Oh! she was changed
As by the sickness of the soul; her mind
Had wander’d from its dwelling, and her eyes
They had not their own lustre, but the look
Which is not of the earth; she was become
The queen of a fantastic realm; her thoughts
Were combinations of disjointed things;



And forms impalpable and unperceived
 Of others' sight familiar were to hers.
 And this the world calls frenzy; but the wise
 Have a far deeper madness, and the glance
 Of melancholy is a fearful gift;
 What is it but the telescope of truth?
 Which strips the distance of its fantasies,
 And brings life near in utter nakedness,
 Making the cold reality too real! (vv. 168-183)

A imaginação que singulariza o poeta entre os homens é uma forma de lucidez que perscruta a realidade, mas é por isso mesmo uma faculdade nem sempre bem-vinda, já que imaginar é possuir “o olhar da melancolia” (“the glance of melancholy”) que desnuda e torna angustiosamente real a realidade. No início do poema, de resto, ao afirmar-se que a nossa vida é dúplice, porque temos o mundo do sono e o mundo da vigília, diz-se dos sonhos:

They pass like spirits of the past, – they speak
 Like Sybils of the future; they have power –
 The tyranny of pleasure and of pain;
 They make us what we were not – what they will,
 And shake us with the vision that's gone by,
 The dread of vanish'd shadows – (vv. 12-17)

A visão potencia intuições extraordinárias, mas por outro lado apodera-se da consciência – ou do inconsciente –, constituindo uma imposição que o poeta não deixa de sentir como perturbadora.

É curioso notar que Byron mostra pouco interesse pelas concepções mais exaltadas da imaginação e que, quando as contempla, procura muito obviamente mitigá-las.

Em *English Bards and Scotch Reviewers*, uma sátira à cena literária que atinge com particular contundência os poetas “laquistas” ao mesmo tempo que elege a época de Pope como a de mais alto gosto, a única ocorrência da tópica visionária é a seguinte:

Blest is the man who dares approach the bower
 Where dwelt the muses at their natal hour;



Whose steps have press'd, whose eye has mark'd afar,
The clime that nursed the sons of song and war,
The scenes which glory still must hover o'er,
Her place of birth, her own Achaian shore.
But doubly blest is he whose heart expands
With hallow'd feelings for those classic lands;
Who rends the veil of ages long gone by,
And views their remnants with a poet's eye! (vv. 867-876)

É sem dúvida sintomático que a temática da visão se encontre apenas num passo em que Byron glosa um *topos* do Classicismo, a *aurea mediocritas* que provém de Horácio (e que Pope não deixou de recuperar), conciliando-a com o visionarismo transcendental de tal modo que este aparece como uma faculdade virada para o exterior do sujeito – e para um exterior que é o sul, as musas, a Grécia –, capaz de rasgar o véu dos tempos e de, percebendo com olhar de poeta as ruínas da Antiguidade, encontrar a placidez que a tradição associava ao homem virtuoso. Por outras palavras, a imaginação romântica serve aqui uma proposta estética e moral de recorte neoclássico, e nesta sua reorientação para o clássico constitui um exorcismo da violência que habitualmente a marca.⁸

Em *Hints from Horace*, seguindo com razoável proximidade o seu modelo latino, Byron expõe um preceituário de linhagem distintamente clássica, e portanto não há lugar a qualquer exposição da tópica visionária. Pelo contrário, *Hints from Horace* é um ensaio – um ensaio com apontamentos satíricos – que denota bem o grau de coerência com que, nesta primeira fase da sua produção literária, Byron adere a um instrumentário retórico (e portanto técnico, de pendor formalista) que dificilmente admite o vocabulário do visionarismo. A poesia surge, assim, tratada como ofício, não caracterizada como condição. Arriscamos afirmar que esta ênfase se estende até ao ano de 1816, para sofrer de seguida uma inflexão.

Referimos o ano de 1816 porque é essa a data de composição de “Monody on the Death of the Right Hon. R. B. Sheridan”, poema – uma vez mais – de homenagem a um poeta morto, escrito em dístico heróico, à maneira augustana (como, de resto, os poemas que acabamos de referir), e



onde, se está presente a ideia do martírio dos famosos, sacrificados à tolice dos homens vulgares, é negada a excepcionalidade do poeta enquanto homem e se emprega um léxico crítico que mais imediatamente reenvia para ideias da tradição do Classicismo do que para o transcendentalismo romântico e o seu culto da genialidade: termos como *wit*, *social eloquence*, *intelligence* e *fancy*.

No ano seguinte, porém, Byron escreve *The Lament of Tasso*, e dois anos volvidos *The Prophecy of Dante*. Nestas duas obras encontramos já aproximações ao conceito transcendentalista da imaginação.

The Lament of Tasso alude ao período em que o poeta italiano esteve encarcerado no Hospício de Santa Ana, mandado prender – assim reza o texto – pelo atrevimento de amar a irmã do duque de Ferrara. Tasso não tem culpa nem tem remorso, mas assume a escrita da *Gerusalemme Liberata* como catarse do isolamento que lhe é imposto – e mesmo, no sentido religioso, como penitência. O seu lamento, de facto, deve-se às agruras da prisão (“Long years of outrage, calumny, and wrong; / Imputed madness, prison’d solitude”, vv. 3-4), mas deve-se também ao facto de ter terminado a *Gerusalemme Liberata*, cujo labor o defendia da sua “unsocial bitterness” (v. 15). Encerrado numa casa para loucos, de quem ouve os brados raivosos e as pancadas que desferem, Tasso acalenta o seu amor como aquilo que o eleva acima do sofrimento, enquanto recorda como desde a infância teve uma vivência visionária, que é vocação para o amor, para a poesia e – talvez pelo seu carácter de alienação – para a desgraça:

It is no marvel – from my very birth
My soul was drunk with love, which did pervade
And mingle with whate’er I saw on earth:
Of objects all inanimate I made
Idols, and out of wild and lonely flowers,
And rocks, whereby they grew, a paradise,
Where I did lay me down within the shade
Of waving trees, and dreamed uncounted hours,
Though I was chid for wandering; and the wise
Shook their white aged heads o’er me and said,
Of such materials wretched men were made,



And such a truant boy would end in woe,
 And that the only lesson was a blow;
 And then they smote me, and I did not weep,
 But cursed them in my heart, and to my haunt
 Return'd and wept alone, and dream'd again
 The visions which arise without a sleep,
 And with my years my soul began to pant
 With feelings of strange tumult and soft pain;
 And the whole heart exhaled into One Want,
 But undefined and wandering, till the day
 I found the thing I sought – and that was thee;
 And then I lost my being, all to be
 Absorb'd in thine; the world was past away;
 Thou didst annihilate the earth to me! (vv. 149-173)

No movimento final do poema, encontrando todavia consolo na reafirmação da dignidade do seu amor e no *topos* da imortalidade garantida pela fama do discurso poético, Tasso mostra-se vacilante, no limite da lucidez, resistindo à tentação de esmagar o crânio contra as grades em nome da verdade – ele não é louco – e, portanto, em nome do protesto contra a injustiça que o vitimou.

Ao contrário de *The Lament of Tasso*, o protagonista de *The Prophecy of Dante* não se concentra sobre circunstancialismos pessoais, antes exprime aspirações nacionais para uma Itália que deseja ver unida em nome da paz e da luta pela liberdade. Mas, à semelhança de Tasso no poema anterior, Dante surge aqui no exílio, a lamentar-se de ter caído do mundo da imaginação para o real comum em que tem de confrontar-se com os homens, uma vez que terminou a escrita da *Divina Comédia*. Ou seja, uma visão – a da *Divina Comédia* – dá lugar a outra – a que constitui este poema de Byron, e que é uma visão, não projectada para o transcendente, mas projectada para o futuro da Itália (que é, em última instância, o presente de Byron). O poema fala muito no olhar do poeta. Invocando Beatriz, Dante declara:

Since my tenth sun gave summer to my sight
 Thou wert my life, the essence of my thought,
 Loved ere I knew the name of love, and bright
 Still in these dim old eyes, now overwrought
 With the world's war, and years, and banishment,



And tears for thee, by other woes untaught[.] (Canto I, vv. 28-33)

Noutros passos encontramos expressões como *my mind's eye* (Canto I, v. 38) e *my prophetic eye* (Canto III, v. 5); e também a ideia da visão como experiência que é imposta à revelia da vontade do sujeito: “A spirit forces me to see and speak” (Canto III, v. 32). E o poema preenche-se de imagens de violência, que reflectem a história itálica tal como Dante, qual Cassandra ou profeta de Israel, é capaz de a adivinhar.

A ser tomado por representativo o *corpus* seleccionado, poderá dizer-se que entre a elegia a Sheridan (1816) e os poemas centrados em Tasso (1817) e Dante (1819) há uma evolução no sentido do acentuar da consciência de que a experiência imaginativa é uma experiência violenta – e há, como dado concomitante, um afastamento do vocabulário da crítica literária neoclássica. Em todo o caso, é de notar que não se encontra em Byron uma afirmação inequívoca da natureza transcendental da visão: Tasso escreve a *Gerusalemme Liberata* para preservar a integridade e a lucidez, perante um infortúnio que lhe é imposto pelos homens, e celebra feitos de homens; e o Dante que interessa a Byron, de modo análogo, não é o Dante visionário do Inferno ou da suprema beatitude (de Beatriz) mas um oráculo patriótico e elegíaco, que contempla com apreensão o futuro do seu país.

Entretanto, evidencia-se a seguinte particularidade: enquanto Wordsworth e Coleridge mitificam Chatterton referindo-se-lhe na terceira pessoa e aferindo o seu destino pelas preocupações literárias e existenciais que os movem a eles, Wordsworth e Coleridge, no quadro de uma poesia que se apresenta como autobiográfica (e o mesmo se dirá de Shelley relativamente a Keats em *Adonais*), Byron imagina os seus poetas de eleição a falar na primeira pessoa, tornando-os presentes, por assim o dizermos, de viva voz.⁹ Em vista disto, afigura-se estranha a reserva com que Keats encara Byron, pois talvez tenha sido Byron o poeta que mais perfeitamente realizou a *capacidade negativa* que Keats propugnava, numa carta célebre – e que remetia para um inacabamento da identidade pessoal, ou uma recusa do fechamento da relação com a realidade exterior ao eu, recusa essa que seria



potenciadora de uma capacidade de fingimento e de ponderação dramática de perspectivas ou mundividências discordes.¹⁰

Finalmente, cabe realçar o contraste que as obras abordadas estabelecem, no plano do imaginário, com os caracteres dominantes da poesia inglesa do século XVIII: talvez como expressão do seu ideal de urbanidade, parece claro que na poesia neoclássica a violência ocupa um espaço comparativamente diminuto (têm destaque os vícios que se prendem com os desmandos da razão, como a ignorância, a vaidade, a imprudência e a loucura, mas não a violência física ou psicológica). Notando que tal incidência temática não encontra paralelo na poesia neoclássica, somos levado a suspeitar que o Romantismo, na geral interiorização dos valores que operou, fez absorver o trágico pela lírica, associando a tragicidade ao seu conceito de poeta. Assim, não se tratará apenas de celebrar os poetas infelizes, mas de conceber que certo tipo de infelicidade é próprio da condição de poeta. A tragicidade da condição do vate será a face negativa, o contraponto da demiurgia mais ou menos eufórica que se arrogam certas definições da visão poética originárias do Romantismo.¹¹ À mais alta promessa sobrevém a mais grave fatalidade – esquema narrativo onde não falta, nuns casos, uma noção de martírio e, noutros, uma noção de *hybris*. E talvez essa absorção do trágico pelo lírico ajude a encontrar na capacidade negativa de Keats um sentido redentor que de outro modo pode passar desapercibido – pondo menos a tônica na versatilidade do poeta, que em tudo crê num jogo em que experiencia a própria identidade como um paradoxo, do que na prudência de um não-cometimento e de um não-comprometimento. Com Keats está, decerto, Byron, de entre os românticos ingleses porventura o mais aberto à assimilação de alteridades, desde logo estilísticas, aquele que mais e melhor soube fingir, não como uma maneira de estar mas como uma verdadeira maneira de ser – uma assunção textualizada na viragem para a primeira pessoa verificada no Canto IV de *Childe Harold's Pilgrimage*. Mas, fazendo a capacidade negativa da capacidade negativa, Byron quis afinal assumir na própria vida a figura de aventureiro que sempre dramatizou (ou pelo menos



que assim foi entendida pela sua época), quis encarnar a sua própria hagiografia,¹² e foi morrer a caminho de uma causa heróica, atingido pela fatalidade dos poetas, não sabemos dizer se rompendo ou uma vez mais confirmando o círculo hermenêutico da imaginação romântica.

¹ O passo em causa encontra-se reproduzido em Rutherford 179-181.

² Cf. Russell 774-780. Russell recupera aí o tópico do satanismo lançado por Southey.

Foi Vivian de Sola Pinto quem chamou a nossa atenção para o destaque conferido a Byron naquele estudo, na introdução à edição Everyman da sua poesia (cf. Pinto v).

³ *Letters* 314. Em todo o caso, Keats terá sentido apreço pela obra de Byron, se vale como testemunho o soneto que lhe dedicou («To Byron»).

⁴ Escolhemos Abrams, mas poderíamos de igual modo escolher Northrop Frye ou Harold Bloom, que ao privilegiarem as grandes estruturas mitopoéticas paradigmáticas, com destaque para a simbologia apocalíptica e para o romance de demanda, contribuem também para um entendimento da mundividência romântica que se concentra num imaginário tomado como alfa e ómega de si mesmo, como narrativa auto-suficiente e virtualmente a-histórica.

⁵ A necessidade de empreender revisionismos, sentida pela crítica, terá assentado, em larga medida, na constatação de que – para recorrermos a palavras de Paul Hamilton – “[t]he language of capability, which previously seemed unequivocally to legitimate romantic practice, lost credibility when it was shown to be a discourse impervious to critique, one which just could not fail” (193). Ora, o que o nosso argumento aponta é que a retórica romântica do poder da imaginação, ao contrário do que aquele entendimento pressupõe, não implica um ensimesmamento triunfalista do sujeito, antes comporta uma consciência aguda do risco do fracasso e até do alto preço a pagar pela consumação dos poderes imaginativos. Essa consciência pode, aliás, ser relacionada com o conceito de ironia romântica, avançado por Friedrich Schlegel nas páginas da revista *Athenäum*.

⁶ As transcrições de textos poéticos são identificadas por título e numeração de versos, com dispensa da indicação de páginas, reportando-se todas as citações às edições listadas no final deste artigo.

⁷ Sobre a apropriação romântica da figura de Chatterton, cabe ainda mencionar Keats, que dedica *Endymion* à sua memória e faz dele o tema de um soneto em que lamenta a sua morte prematura, visionando-o agora “[...] Above the ingrate world and human fears” (“To Chatterton”, v. 12).

⁸ Para um estudo exaustivo da tradição aludida, obra que confere especial destaque a ocorrências da Antiguidade Clássica e do período do Classicismo, ver Røstvig.

⁹ Neste aspecto, verifica-se que a poesia de Byron antecipa traços retóricos e imaginativos do monólogo dramático browniano estudado por João Almeida Flor. Sugerida esta aproximação, não deve, contudo, ser postulada uma absoluta identidade dos valores expressos por Byron e Robert Browning mediante estratégias técnico-compositivas afins.

¹⁰ Numa carta de Dezembro de 1817, Keats define *negative capability* como a qualidade que se manifesta “[...] when man is capable of being in uncertainties, Mysteries, doubts, without any irritable reaching after fact & reason” (*Letters* 43).



Esta qualidade relaciona-se, a nosso ver, com o conceito de poeta-camaleão, exposto pelo mesmo autor numa carta de Outubro de 1818: «As to the poetical Character itself, (I mean [...] that sort distinguished from the wordsworthian or egotistical sublime; which is a thing per se and stands alone) it is not itself – it has no self – it is every thing and nothing – It has no character – it enjoys light and shade; it lives in gusto, be it foul or fair, high or low, rich or poor, mean or elevated – [...] A Poet is the most unpoetical of any thing in existence; because he has no Identity – he is continually in for – and filling some other Body» (*Letters* 157). Os dois preceitos – o ensejo de ficar aquém de uma completa assunção de si mesmo ou da verdade que se busca, e a capacidade de projecção de identidades-outras sobre si mesmo – deverão considerar-se ligados.

¹¹ Sem prejuízo de, concomitantemente ao desenvolvimento da ideia de genialidade ao longo do século XVIII, se ter desenvolvido um discurso médico-científico, depois, em certo grau, popularizado, que supunha enfermarem de doença nervosa o homem de sensibilidade e de inteligência em geral, e o poeta em particular, como assinala Felluga em estudo que dedica a Byron grande atenção. Em exercício de síntese, Felluga escreve: “[...] the stereotype of the diseased genius grew out of a long tradition of melancholia, a tradition that aligned greatness in various fields with the melancholic disposition. What happened in the nineteenth century was that melancholia was increasingly associated particularly with the poet, along with other artists, and was also, in contradistinction to the previously *venerated* tradition of the melancholic, fully pathologized” (110).

¹² É McGann quem qualifica o mito de Byron como “uma espécie de hagiografia moderna” (cf. *Fierly Dust* 287).

Talvez, afinal, Byron seja *figurativo* e tenha uma *vida de alegoria*, equivocando-se Keats de novo ao considerar, em carta de entre Fevereiro e Maio de 1819: “Lord Byron cuts a figure – but he is not figurative – Shakspeare led a life of Allegory; his works are the comments on it” (*Letters* 218).

Obras Citadas

Abrams, Meyer H. *The Mirror and the Lamp: Romantic Theory and the Critical Tradition*. London: Oxford University Press, 1976 [1953].

---. *Natural Supernaturalism: Tradition and Revolution in Romantic Literature*. New York: W. W. Norton, 1973 [1971].

Blake, William. *Complete Writings with Variant Readings*. Ed. Geoffrey Keynes. Oxford: Oxford University Press, 1992 [1957].

Byron, George Gordon. *Poetical Works*. Ed. Frederick Page. Rev. John Jump. Oxford: Oxford University Press, 1989 [1970].

Coleridge, Samuel Taylor. *Poetical Works*. Ed. Ernest Hartley Coleridge. Oxford: Oxford University Press, 1986 [1912].



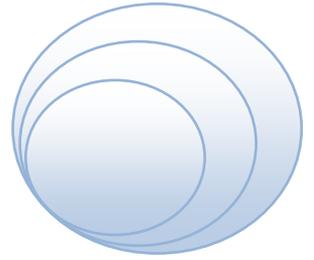
-
- De Man, Paul. *Blindness and Insight: Essays in the Rhetoric of Contemporary Criticism*. 2nd ed. Intr. Wlad Godzich. London: Routledge, 1993 [1986].
- . *The Rhetoric of Romanticism*. New York: Columbia University Press, 1984.
- Felluga, Dino Franco. *The Perversity of Poetry: Romantic Ideology and the Popular Male Poet of Genius*. Albany: State University of New York Press, 2005.
- Flor, João Ernesto de Almeida. "O Poeta, a Verdade e as Máscaras. Leitura de Robert Browning". Lisboa: ed. autor, 1976 [dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa].
- Frye, Northrop. *Fearful Symmetry: A Study of William Blake*. Princeton, N. J.: Princeton University Press, 1990 [1947].
- Hamilton, Paul. *Metaromanticism: Aesthetics, Literature, Theory*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.
- Røstvig, Maren-Sofie. *The Happy Man: Studies in the Metamorphoses of a Classical Ideal*. 2nd, rev. ed. [Trondheim]: Norwegian Universities Press, 1962, 2 vols.
- Keats, John. *Letters of John Keats*. Ed. Robert Gittings. Oxford: Oxford University Press, 1992 [1970].
- . *Poetical Works*. Ed. H. W. Garrod. Oxford: Oxford University Press, 1992 [1956].
- McGann, Jerome J. *Byron and Romanticism*. Ed. James Soderholm. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- . *Fiery Dust: Byron's Poetic Development*. Chicago: University of Chicago Press, 1968.
- . *The Romantic Ideology: A Critical Investigation*. Chicago: University of Chicago Press, 1985 [1983].
- Mellor, Anne K. *Romanticism and Gender*. New York: Routledge, 1993.
- Pinto, Vivian de Sola. "Introduction". *Byron's Poems*. Ed. V. de Sola Pinto. London: Dent & Dutton, 1968-69 (3 vols.). I, v-xx.
- Russell, Bertrand. *A History of Western Philosophy and its Connection with Political and Social Circumstances from the Earliest Times to the Present Day*. London: George Allen and Unwin, 1947 [1946].
- Rutherford, Andrew, ed. *Lord Byron: The Critical Heritage*. London: Routledge, 1995 [1970].



Shelley, Percy Bysshe. *Poetical Works*. Ed. Thomas Hutchinson. Corr. G. M. Matthews.
Oxford: Oxford University Press, 1971 [1970].

Wordsworth, William. *Poetical Works with Introductions and Notes*. Ed. Thomas
Hutchinson. Rev. Ernest de Selincourt. Oxford: Oxford University Press,
1990 [1936].

Os Precipícios do Génio: Imagens de Byron na Imprensa Periódica do Romantismo Português



Maria Zulmira Castanheira

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
da Universidade Nova de Lisboa | CETAPS

Na sua vida de poeta colheu o loiro e o cypreste, a rosa e o martyrio, mas sempre a aureola do genio lhe cingiu a fronte como diadema d'oiro.... A verdade de Byron não é a verdade de Homero, de Virgilio, ou de Shakespeare; é a verdade da innocencia e do crime, do desvergonhamento e do pejo, do sorrizo e das lagrimas, da dor e do prazer. (Motta 28-29)

No dia 26 de Abril de 1863 saía na secção do folhetim do jornal conimbricense *A Liberdade* um artigo sem assinatura intitulado “Byron em Lisboa”, recordando a breve estada do célebre poeta romântico inglês, aos vinte e um anos de idade, na capital portuguesa, em Julho de 1809 – completaram-se, pois, recentemente, 200 anos sobre a sua chegada. Aí se diz que a poesia de *Lord Byron*, para uns génio superior e ideal, para outros “o atheo, o jacobino, o impio, o homem *manqué*, a organização viciada”, é pouco lida em Portugal, talvez porque as suas obras são de difícil entendimento e o público prefere “o que é claro e limpido como um tanquesinho do Jardim Botânico, onde falta o

Citação: Castanheira, Maria Zulmira. “Os *Precipícios de Génio*: Imagens de Byron na Imprensa Periódica do Romantismo Português”. *O Rebelde Aristocrata. Nos 200 Anos da Visita de Byron a Portugal*. Org. Maria Zulmira Castanheira e Miguel Alarcão. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies, 2010, pp. 24-41.



cisne”, “a tudo o que é sybillino, mysterioso e soberbo como o Oceano, onde ha de tudo, desd’a flor até ao monstro!” (“Byron em Lisboa” 1-2). Significativa a escolha dos adjectivos e a comparação, porquanto “sibilino”, “misterioso”, “soberbo”, “monstro” são termos recorrentes na construção da imagem literária de Byron na época romântica (e para além dela), pejada de poderosos qualificativos encomiásticos e de hiperbólicas definições: “o genio mais sublime e transcendente do seu tempo”, “monarcha da tempestade”, poeta das “tempestades da alma” no dizer de Rebelo da Silva (422), “profeta da desesperação”, como lhe chamou um articulista anónimo em 1845 nas páginas da revista *A Illustração* (“Quatro contemporaneos” 116).

Seriam, porventura, as suas obras lidas de modo pouco consistente entre nós, mas a verdade é que, através dos jornais e revistas, Byron há muito que era celebrado em Portugal como um dos maiores nomes da poesia do século XIX.

Fundamental veículo de divulgação da literatura estrangeira no Portugal do Romantismo, a imprensa periódica, no arco temporal que se estende de 1836 a 1865, contribuiu efectivamente, de modo decisivo, para a popularização do poeta *Lord Byron* (1788-1824) no nosso país, dando a conhecer aspectos da sua vida, emitindo opiniões sobre a sua obra, difundindo um número significativo de traduções e versões portuguesas de algumas das suas composições, divulgando muitos versos de sua autoria sob a forma de epígrafes e citações, e tornando-o, assim, o poeta britânico com maior presença nos jornais e revistas portugueses da época.

Com efeito, enquanto silenciavam por completo os nomes dos outros grandes poetas do movimento romântico inglês, nomeadamente Wordsworth (1770-1850), Coleridge (1772-1834), Shelley (1792-1822) e Keats (1795-1821), insistindo na vulgarização de escritores pré-românticos de além-Mancha, os colaboradores dos periódicos portugueses reconheceram e renderam-se à genialidade de Byron, ainda que, muitos deles, lhe censuram o pessimismo, o cepticismo, a desesperação – o atrás citado Rebelo da Silva (1822-1871) fala d’ “O sceptico e desconsolado verso de Byron, que enluta o futuro de



sombrios preságios, que vê a existencia e o coração através do crêpe funebre, que nega ao presente a esperança, e ao provir o progresso” (138), dos “negrumes, que empanam todas as composições do inglez” (138), das suas “visões de desesperança, spectros evocados nas vigílias do descreer” (138) –, o radicalismo, o libertinismo, e o condenem, pois, por razões políticas, filosóficas, morais e religiosas. Elogio e censura, exaltação e reprovação marcam, deste modo, o discurso sobre Byron publicado nas páginas dos jornais e revistas, como demonstraremos ao trazer à discussão alguns artigos-chave da recepção crítica e valorativa do poeta inglês nos anos em foco.

Tais juízos foram enquadrando e orientando, ao longo do tempo, a leitura das muitas traduções de poemas de Byron vindas a lume nos periódicos, por vezes não vertidos directamente da língua inglesa original mas antes a partir de versões francesas. Sublinhe-se, aliás, o papel fundamental desempenhado pelas traduções francesas na divulgação do célebre poeta inglês por toda a Europa, começando pelas traduções em prosa de Amédée Pichot (1795-1877), *Oeuvres Complètes de Lord Byron*, publicadas em 10 volumes entre 1819-21. Os estudos de Maria Leonor Machado de Sousa, “‘Tempting Demon’: The Portuguese Byron”, João Almeida Flor, “Byron em Português: para o estudo histórico-cultural da tradução literária” e o meu próprio, “A Literatura Inglesa na Imprensa Periódica Portuguesa do Romantismo”, procederam já ao levantamento e caracterização das composições de Byron a que o público leitor português do período romântico teve acesso no seu idioma através dos jornais e revistas e equacionaram as circunstâncias históricas e os mediadores de tal vaga byroniana em Portugal por via da tradução, pelo que aqui se pretende, tão-só, sistematizar os grandes traços da imagem de Byron que percorre a imprensa periódica nacional de então.

Foi muito forte, como se sabe, o impacte que Byron, o homem e o poeta, teve no continente europeu no século XIX. Uma personalidade fascinante, rebelde e provocadora, uma existência repleta de aventuras, escândalos e transgressões, uma morte prematura aos trinta e seis anos



quando lutava pela causa da independência da Grécia, o que o transformou num heróico mártir da liberdade, explicam, em grande medida, o interesse que a Europa, incluindo Portugal, demonstrou por Byron logo em vida do poeta e posteriormente, sendo frequente os aspectos biográficos atraírem mais atenção do que a própria produção literária. Logo no ano de 1837, um artigo sobre Byron publicado no jornal lisboeta *O Nacional*, afirmava: “Lord Byron é talvez o homem que mais celebre se tem feito em o presente seculo, e para isso concorrerão não menos o seu génio, do que os vícios, e defeitos do seu character” (“Lord Byron” 7109).

O facto de Byron ter vindo ao nosso país em 1809, em plena Guerra Peninsular, e aqui ter permanecido por duas semanas, na companhia de John Cam Hobhouse (1786-1869),¹ o amigo que o acompanhou no *Grand Tour* que o levaria também a Espanha, Malta, Albânia, Grécia e Turquia, concorreu igualmente para o reforçar do interesse da imprensa periódica portuguesa pelo aristocrata poeta, tanto mais que em *Childe Harold's Pilgrimage*, poema em que ficcionalizou essa sua viagem e que lhe trouxe imediata fama internacional (Cantos I e II, 1812), dedicou ao povo e terras lusos algumas estrofes (Canto I, estâncias XIV-XXXIII).

Simultaneamente elogiosos e detractores, por imortalizarem as belezas paradisíacas de Sintra (“glorious Eden”) mas projectarem uma imagem extremamente negativa do nosso povo – “A nation swoln with ignorance and pride”, “poor, paltry slaves! yet born 'midst noblest scenes – / Why, Nature, waste thy wonders on such men?” (estrofes XVI e XVIII, respectivamente) –, tais versos, que seriam futuramente repetidas vezes citados e referidos nos jornais e revistas do nosso Romantismo, ofenderam muitos portugueses, entre os quais Alexandre Herculano (1810-1877), que em *O Pároco de Aldeia*, narrativa rústica de acção contemporânea publicada na influente revista *O Panorama* a partir de Setembro de 1843, os recorda, e censura aqueles estrangeiros que, como Byron, sobre Portugal propagam “todo a casta de absurdos e mentiras insulsas” (81).



Apesar dessa indignação, Alexandre Herculano não escondeu a sua profunda admiração por Byron. Figura de proa do nosso primeiro Romantismo, foi um dos muitos homens de credo liberal que se viram forçados, por razões políticas, a um doloroso exílio, mas aí puderam beneficiar de aprendizagens que se revelariam determinantes não só para o advento do Liberalismo em Portugal mas também para a transição para o Romantismo, incluindo o contacto com a poesia do autor de *Childe Harold's Pilgrimage*. No relato do seu trajecto de Inglaterra para França (1831) que intitularia *De Jersey a Granville* e que viria também a ser publicado pela primeira vez nesse órgão incontornável do nosso primeiro Romantismo que foi a revista *O Panorama*, igualmente em 1843, Herculano, dando provas de como a experiência do desterro proporcionou o travar de conhecimento com as novas tendências da moderna literatura europeia, afirma categoricamente: “Shakespeare e Byron foram dois selvagens, um porque estava além da civilização, outro porque estava aquém dela; mas foram, talvez, as duas almas mais sublimemente poéticas da Europa” (*Cenas de um ano da minha vida* 16-17).

Em 1835, nas vésperas, portanto, do ano que se tornaria decisivo para a afirmação do Romantismo em Portugal, Alexandre Herculano emitira já uma outra opinião relevante sobre Byron, desta feita no n.º 11, de 15 de Março de 1835, do *Repositorio Literario da Sociedade das Sciencias Medicas e de Literatura do Porto*. Na quarta parte de um artigo que vinha sendo publicado desde o número 7 daquele jornal, intitulado “Poesia. Imitação – Bello – Unidade”, e em que, reflectindo sobre os conceitos de “clássico” e “romântico”, formula um programa do Romantismo português – “Diremos somente que somos românticos, querendo que os Portuguezes voltem a uma litteratura sua, sem com tudo deixar de admirar os monumentos da grega e romana: – Que amem a Patria mesmo em Poezia” (87) –, diz:

Isto queremos nós, e neste sentido somos românticos; porem naquelle que a esta palavra se tem dado impropriamente, com o fito de encubrir a falta de genio e de fazer amar a irreligião, a immoralidade e



quanto ha de negro e abjecto no coração humano, nós declaramos que o não somos, nem esperamos se-lo nunca. Nossa theoria fora a primeira a cair por terra diante da barbaria dessa seita miseravel que apenas entre os seus conta um genio – e foi o que a creou –: genio sem duvida, immenso e insondavel, mas semelhante aos abysmos dos mares tempestuosos que saudou em seus hymnos de desesperação: – genio que passou pela terra como um relampago infernal, e cujo fogo mirrou os campos da poesia e os deixou aridos como o areal do deserto; – genio em fim que não tem com quem comparar-se, que nunca o terá talvez, e que seus exagerados admiradores apenas teem pertendido macaquear.

Fallamos de Byron. – Qual é, com effeito, a idea dominante nos seus poemas? Nenhuma ou, o que é o mesmo, um scepticismo absoluto, a negação de todas as ideas positivas. Com um sorriso espantoso, elle escarneceu de tudo. – Religião, moral, affectos humanos, mesmo a liberdade e a esperanza foram seu ludibrio. A leitura dos seus poemas só produz, em geral, descorçoamento ou antes desesperação. Byron é o Mephistopheles de Goethe lançado na vida real. – Virtude e crime, pudor e impudencia, gloria e infamia, que montam em seus cantos sinistros? [...] infeliz pois daquelle que ao acabar de ler Byron não sente no coração um peso insupportavel: – a sua alma será tão escura e tão vasia como a deste poeta sublimemente destruidor. De sua eschola apenas restará elle; mas como um monumento espantoso dos precipicios do genio quando desacompanhado da virtude. (88)

Como se vê, apesar de reconhecer genialidade a Byron, Herculano condena-o pela irreligião, imoralidade e satanismo dos seus versos. Esta ambivalência marcará muitos outros textos sobre o poeta, como o que a seguir se cita, assinado apenas com a letra “M.”, de Maio de 1860:

Foi Byron sem dúvida um talento muito superior, um génio inspirado por fogo divino; mas força é confessar que não desdisse, como homem, das fragilidades e misérias humanas: errou; e os grandes homens são responsáveis perante a humanidade do emprego das suas maravilhosas faculdades. Foi, e é um vulto muito respeitavel em litteratura; mas pela sua influencia sôbre os que o seguiram e imitaram, não está exempto de censura com referencia á moralidade. (M. 58)



Na *Bibliotheca Familiar, e Recreativa oferecida á mocidade portugueza*, de Lisboa, encontrámos um artigo biográfico intitulado “Lord Byron”, datado de 1842, ilustrado com uma gravura que apresenta o poeta trajando de escuro, com o cabelo solto e encaracolado e o colarinho da camisa aberto (ver reprodução *supra*), imagem esta baseada num retrato pintado por Thomas Phillips (1770-1845) que foi pela primeira vez mostrado ao público numa exposição da Royal Academy em 1814. Relativamente curto, fornece alguns dados factuais como data de nascimento e morte, origens sociais e educação, refere que a vida do poeta foi uma série de “extravagancias” e de “intrigas amorosas”, sem entrar, porém, em qualquer



detalhe (nomeadamente o escândalo da relação incestuosa do poeta com a sua meia-irmã, Augusta Leigh, ou a sua bissexualidade), e dá especial relevo à existência errante de Byron, às suas múltiplas viagens. O mais interessante vem a ser, contudo, o primeiro parágrafo do texto, que serve de preâmbulo ao relato cronológico dos acontecimentos, e em que o articulista, anónimo, se por um lado se verga perante a qualidade da obra do famoso poeta (“hoje tão célebre tanto na sua pátria como entre os literatos estrangeiros”), razão de ser da própria notícia biográfica, por outro, escrevendo embora já passados quase vinte anos sobre a morte de Byron, dá também ele voz ao seu patriotismo ferido, lembrando as injúrias feitas a Portugal em *Childe Harold’s Pilgrimage*:

Se não abstrahissemos do seu character de poeta o character de homem e de Inglez, por certo não gastaríamos tempo em dar d’elle idéa a nossos leitores, porque, como Portuguezes, nada lhe devemos; pois que mui injustamente nos tratou no canto 1º do seu *Child-Harold*, denominando-nos *povo de escravos*, e *o ultimo dos escravos!* Mas as injurias passam, e as obras do talento e do genio permanecem. (106)

Falar de Byron exige-lhe, pois, o estabelecer de uma separação entre o homem e o escritor, duas faces que são, na verdade, indissociáveis, como de resto quase todas as notícias que encontrámos comprovam, ao abordarem vida e obra em simultâneo, e dois outros artigos de cariz biográfico, publicados respectivamente n’*O Panorama*, entre Maio e Junho de 1857, e em *O Instituto*, em 1860, confirmam.

“Byron!”, assim se intitula o primeiro, está assinado por Francisco Maria Bordalo (1821-1861),² figura da nossa segunda geração romântica, e apresenta-se não como “um trabalho completo sobre a vida e escriptos de Byron, mas um esboceto biographico e uma ligeira analyse das obras do grande poeta” (Bordalo 174). Dias antes, na mesma revista, o autor havia já dado à estampa um texto de âmbito comparatista, “Parallelo entre as litteraturas alemã e ingleza”, em que afirmara ser Byron “o maior poeta britanico dos tempos modernos (talvez de todos os tempos)” (164), uma



opinião que encontramos com frequência na imprensa periódica de índole cultural e que projecta constantemente a imagem de Byron como nome proeminente e incontornável no panorama da literatura europeia contemporânea. “Byron!” é um artigo relativamente extenso, e o ponto de exclamação que acompanha o nome do poeta inglês no título anuncia o tom empolgado com que dele se fala. Bordalo prefere caldear as apreciações pejorativas de Byron em relação a Portugal com a citação de outros versos de *Childe Harold’s Pilgrimage* em que a opinião do autor inglês nos é bastante favorável – nomeadamente os primeiros quatro versos da estrofe XV do Canto I, “Oh, Christ! it is a goodly sight to see / What Heaven hath done for this delicious land: / What fruits of fragrance blush on every tree! / What goodly prospects o’er the hills expand!” –, e traduz um excerto de uma carta que Lord Byron escreveu, nos primeiros dias em que esteve em Lisboa, ao seu amigo Francis Hodgson (1781-1852), em que se diz felicíssimo por ali estar – “«Sou felicissimo aqui. Como laranjas; fallo pessimo latim com os frades, que elles comprehendem como se fosse o seu; vou ás reuniões com pistolas na algibeira; atravesso o Tejo a nado e galopo sobre um burro ou sobre uma mula; praguejo em portuguez; e além de tudo isto tenho diarrhéa, e sou devorado pelos mosquitos. Mas que importa? Quem corre atraz do prazer, precisa não attender muito á commodidade»”³ –, para com isso demonstrar que o célebre poeta não teve para connosco apenas palavras de desprezo. De resto, Bordalo desvaloriza os infelizes versos que Byron dirigiu aos portugueses em *Childe Harold’s Pilgrimage*, pois considera-os uma pequena mesquinhez que não deve, de forma alguma, obscurecer a admiração que a obra do “genio excepcional” (que compara a Shakespeare e Hoffmann) merece. Lança-se, pois, sem mais demora, apoiado para tal em leituras de biógrafos de Byron que identifica, num resumo da vida do poeta de “bella presença”, em que salienta as suas “peregrinações”, a “vida desregrada”, as relações amorosas com múltiplas mulheres (“foi heroe de muitas anedotas amorosas, e conquistador de algumas beldades”), a luta pela causa da liberdade, ao mesmo tempo que traça o perfil psicológico de um homem



complexo, “orgulhoso”, “selvagem”, “misterioso”, “inexplicável”, que “viveu em guerra aberta com o género humano” e se tornou “ao mesmo tempo o heroe e o cantor das próprias aventuras”. Aos epítetos altamente elogiosos que emprega para qualificar Byron – “grande”, “immortal”, “illustre”, “poderoso”, “inspirado” –, junta-se o adjectivo “sublime” para classificar invariavelmente os seus poemas, de que destaca *Childe Harold’s Pilgrimage*, *The Corsair*, *Lara*, *Manfred* e *Don Juan*.

Francisco Maria Bordalo é um rendido admirador de Byron, como deixara já antever no artigo “Parallelo entre as litteraturas alemã e ingleza”, quando louvara o poeta inglês como um espírito rebelde e um sublime homem de acção:

... porém Byron não pôde respirar no meio da sociedade aonde a sorte o collocara, precisava de sensações extraordinarias; obstaculos, perigos, escrupulos, tudo despresava. Os seus livros não revelam o homem de lettras fechado no gabinete de estudo; denunciam o poeta que se fez á vela do porto n’um dia de tempestade, que passa a nado o Hellesponto, que vae morrer á Grecia como soldado da liberdade. (164-165)

Na sua voz não encontramos reservas em relação ao bardo inglês; pelo contrário, o autor insiste em retratá-lo como o exilado sofredor, vítima de um fatal destino,⁴ alimentando assim o mito romântico do poeta infeliz e incompreendido pela pátria: “Como Homero, como Camões, como quasi todos os grandes poetas, Byron viveu perseguido e calumniado, e morreu longe do seu paiz natal” (Bordalo, “Byron!” 198).

Mais profundo na análise, o artigo “Byron” que António Victorino da Motta (1836-1890), na altura estudante de medicina na Universidade de Coimbra, assinou três anos depois, em 1860, na importante revista *O Instituto*, daquela cidade, veio explicar de forma mais clara do que muitos outros haviam já feito nas páginas da imprensa periódica, a absoluta indivisibilidade entre a vida e a obra de Byron, razão de ser do seu fascínio e celebridade e da originalidade da sua poesia:



Child-Harold é verdadeiro, por que detraz da dobrez que o dissimula apparece Byron a sorrir de dúvida; Manfredo é verdadeiro porque detraz da mascara que o disfarça, vislumbra-se o scepticismo de Byron.

Esta relação íntima, estreita, immediata, entre o protagonista e o poeta, entre a penna e a alma, o pensamento e o papel, fôra a causa efficiente, primária e capital, para ser havido Byron como o proto-typo da poesia moderna. (Motta 29)

Um mês depois, o artigo de “M.” sobre “A Litteratura Inglesa” a que já foi feita referência, vindo a público na mesma revista de Coimbra, reforça esta ideia:

Se procurarmos na familia dos homens de talento os que se assemelham a Byron, há typos que por muito semelhantes se confundem com elle. São os heroes que elle creou, os que animou com o seu sopro, e em que vivia a sua imagem. Conrad, Manfredo, Lara é Byron sombrio e independente; Beppo e D. João é Byron acerbo e ralhador; Marino Faliero é Byron conspirando contra a patria; Sardanapalo é Byron sepultando-se nas ruinas de um throno; Cain é Byron arrastado ao crime, cercado de remorsos e afrontando os céus. Talvez nunca houvesse escriptor eminente, cuja vida e obras fossem mais intimamente, mais estreitamente unidas uma á outra. (M. 58)

Apenas um dos artigos sobre Byron que encontrámos nos mais de trezentos periódicos compulsados contraria totalmente a onda de elogios ao poeta inglês, para a qual nem mesmo aqueles que o criticam por razões morais deixaram de colaborar: trata-se do texto “Os destinos da poesia contemporanea”, da autoria do poeta Pedro Augusto de Lima (1842-1883), publicado em 1865 no jornal *A Esperança*, um semanário literário e científico portuense dedicado ao público feminino. Escrevendo com o propósito de exaltar a poesia de Lamartine (1790-1869) e de Victor Hugo (1802-1885), que considera reconfortante, progressista, democrática, um estímulo dos generosos sentimentos do amor, da família, da religião e do trabalho, o articulista define-a por oposição à obra dos poetas “falsamente desalentados”, que infundem “o aborrecimento, o tédio e o indifferentismo



por quanto há de bello em nós e na natureza”, e pergunta: “Que póde aprender-se nos antigos livros de poesia? que a mulher atraiçoa? que o homem é um tigre? que Deus é injusto? De que servem essas doutrinas? Alguém aproveita com ellas?” É por isso que saúda no seu ensaio crítico o declínio da “poesia egoista” de Byron – “Byron declina e some-se nas trevas do scepticismo que elle proprio creára” (Lima 12) –, interrogando o leitor mais uma vez: “Que produziu a poesia byroniana? O scepticismo real ou fingido, o desprezo da mulher e o abandono da religião. Será isto com que devemos contar da poesia contemporanea?” (Lima 25).⁵

As palavras de Pedro Augusto de Lima parecem dar razão a um vaticínio feito anos antes, em Setembro de 1846, na revista *A Illustração*, quando um articulista anónimo disse que “Lord Biron será sempre considerado como um dos maiores genios da Grã-Bretanha, mas tambem julgo que com o andar do tempo elle perderá muita da estima publica” (“Epopéia entre os modernos” 92). Apontava-se nesse artigo que os poemas de Byron, se bem que “brilhantes pellas bellezas do estylo, força, e colorido”, pecavam pela “architectura, e unidades da fabula”; o talento do poeta residia em “descrever, e pintar” quadros, mas revelava dificuldades em ligá-los, dar-lhes unidade, manter coeso o fio das ideias. Esta crítica não constituía, porém, uma novidade na recepção valorativa de Byron na imprensa periódica portuguesa da época em estudo, porquanto vários anos antes, em 1837, n’*O Nacional*, de Lisboa, viera a público o artigo totalmente dedicado a “Lord Byron” já atrás mencionado, em que se elogia a sua linguagem na pintura dos objectos físicos, paixões e costumes, mas se reconhece um defeito a nível da “regularidade de composição”:

O poeta parece seguir as inspirações do momento e não um plano permeditado. Elle abandona a todo o momento a acção, e os seus heroes, para perder-se em longas digressões, e em um cahos de reflexões, e de modificações sublimes, é verdade, mas que de ordinário pouca ou nenhuma relação tem com o assumpto. Parece o Hamlet de Shakespear nos intervalos lucidos do seu furor.



Contudo, tais falhas são, no entender do colaborador do jornal, amplamente compensadas pelas belezas dos poemas do “gênio transcendente”, pelo que lhes chama “doces defeitos”.

O mais completo artigo sobre Byron a que o público leitor português teve acesso não foi, porém, nenhum dos já citados, mas o que saiu entre Janeiro e Abril de 1858 no *Archivo Pittoresco*, com o título “Lord Byron. Por M. Macaulay”. Não se trata, contudo, de um texto de autoria portuguesa e sim da tradução, por Lopes de Mendonça, do estudo crítico que Thomas Babington Macaulay fez da obra *Letters and Journals of Lord Byron with Notices of His Life*, de Thomas Moore (1779-1852), poeta irlandês que também teve algum eco na nossa imprensa periódica. Byron nomeou Moore seu executor literário e confiou-lhe um diário que por certo deitaria luz sobre aspectos da sua polémica vida, mas este, John Cam Hobhouse e o editor John Murray (1778-1843), entre outros, viriam a queimar o manuscrito dias após a morte de Byron, para preservar a sua memória (e a deles mesmos, talvez, como sugere Paul Douglass [14]). O desejo do poeta inglês de que a posteridade viesse a conhecer a sua vida escrita por ele próprio não veio, pois, a concretizar-se, mas Moore deu à estampa, em 1830, a obra acima mencionada, que constitui um documento fundamental para o conhecimento da biografia de Byron, não só porque Moore foi seu amigo por muitos anos, mas também porque foi um dos poucos que terá lido as memórias que foram destruídas e poderá, portanto, ter integrado na sua narrativa informações dela constantes.

Logo em 1831, Thomas Babington Macaulay (1800-1859), político Whig, poeta, historiador e crítico, publicou na *Edinburgh Review*,⁶ uma das mais influentes revistas britânicas do século XIX, uma resenha sobre a obra de Moore que, em 1858, Lopes de Mendonça (1826-1865) achou por bem traduzir e divulgar, por considerar que ninguém melhor que Macaulay havia retratado Byron e avaliado a ação que ele exercera sobre a poesia inglesa. Lopes de Mendonça diz-se convencido de que está a “fazer um serviço às letras” traduzindo do inglês este estudo sobre *Lord Byron*, “escrito por um



dos primeiros críticos do nosso século”, e, de facto, o seu trabalho reveste-se de particular importância, quer por trazer ao conhecimento dos leitores nacionais a imagem que Moore e Macaulay construíram de Byron e que tanta circulação teve, como porque no texto introdutório Lopes de Mendonça, ele próprio um dos poucos nomes que se destacaram no domínio da crítica literária no panorama da imprensa periódica do Portugal romântico, dá a sua opinião elogiosa sobre Byron, realçando que o poeta inglês soube exprimir, de modo brilhante, o “desgosto da vida” que tanto marcou o seu tempo, e contribuiu, com a fama e admiração que conseguiu conquistar internacionalmente, para o atenuar do ódio e da indignação que a Inglaterra, com o seu poder e riqueza, provocava sempre que abusava da sua força e violava os princípios do direito e da justiça. Quanto ao conteúdo do texto de Macaulay que o público leitor português pôde, assim, ler no seu idioma, são de destacar as considerações tecidas acerca da essência dos heróis byronianos:

Póde-se affoutamente afirmar que lord Byron nunca pôde conceber senão um único typo de homem e um único typo de mulher; o homem, altivo, caprichoso, cynico, com a desconfiança impressa na fronte, com o infortunio occulto no coração, escarnecendo da sociedade, implacavel na vingança, podendo contudo sentir uma affeição forte e profunda: a mulher, toda doçura e gentileza, gostando de fazer caricias e de recebê-las, porém capaz de ser transformada pela paixão n’uma fera indomavel. ... Os seus herois são sempre homens que chegaram, por differentes caminhos, ao mesmo termo de desespero, que estão descontentes da vida, em guerra com a sociedade, que são apenas alentados na sua angustia por... orgulho indomavel. (Mendonça 330-331)

e um conjunto de reflexões sobre o Byron-ídolo, imitado pela juventude no trajar, no comportamento e na filosofia de vida:

Para a numerosa classe de mancebos, cuja leitura é quasi inteiramente dedicada ás obras de imaginação, a popularidade de lord Byron não tinha limites. Compravam retratos d’elle; conservavam, como reliquias, os mais insignificantes objectos que lhe houvessem



pertencido: sabiam os seus poemas de cór, e suppunham que nada havia de melhor n'este mundo do que escrever como elle, e assimilar-se a elle. Muitos d'elles collocavam-se defronte do espelho, com a esperança de reproduzir o movimento desdenhoso do seu labio superior, e o carregado das sobrancelhas, que se notam n'alguns dos seus retratos. Outros não usavam de gravata para se parecerem com o seu grande idolo. ... Creou-se na mente de muitos d'estes entusiastas uma perniciosa e absurda associação entre o poder intellectual, e a depravação moral. Com a poesia de lord Byron fundaram um systema de philosophia, mixto de misanthropia e voluptuosidade, systema, no qual os dois grandes mandamentos eram, odiar o nosso proximo, e amar a mulher do nosso proximo. (Mendonça 332)

Concluindo, a imprensa periódica portuguesa, ao longo de todo o Romantismo, projectou com regularidade junto do público leitor uma imagem grandiosa de Byron, apenas por vezes obscurecida quando se recordam os versos detractores com que nos retratou em *Childe Harold's Pilgrimage*. Os jornais e revistas fizeram-se eco do fenómeno cultural que foi Byron, figura controversa e contraditória mas que fascinou mesmo os que o condenaram: por isso uma frase de um dos artigos recolhidos (*O Instituto*, 15/4/1860) resume bem a imagem de génio incontestado: “Redemptor para uns, e demonio tentador para outros, era Byron *admirado* por todos” (Motta 29).

¹ As anotações feitas por Hobhouse sobre a sua estada em Lisboa em 1809 foram deixadas num manuscrito em latim e inglês que Francisco José Magalhães deu à estampa em 1993. Ver *Obras Citadas*, sob o título *John Cam Hobhouse e Portugal*.

² Sobre este autor, ver nosso estudo: “A Grã-Bretanha na obra do romântico Francisco Maria Bordalo: imagens e referências”.

³ Carta a Francis Hodgson, datada de 16 de Julho de 1809, no original: “I am very happy here, because I loves oranges, and talks bad Latin to the monks, who understand it, as it is like their own, – and I goes into society (with my pocket-pistols), and I swims in the Tagus all across at once, and I rides on an ass or a mule, and swears Portuguese, and have got a diarrhoea and bites from the mosquitoes. But what of that? Comfort must not be expected by folks that go a pleasuring” (Prothero 233).

⁴ “Deixando para sempre a pátria, que honrara com o seu talento, o illustre poeta recordava com tristeza o que soffrera no seu paiz natal, aonde só a dignidade de par o salvara de gemer n'uma prisão ... Fatal destino do genio. Em guerra com o mundo, e até com sua propria mulher, endividado, calumniado, perseguido, o nobre viajante confiou ao mar a sua sorte, e foi procurar a consolação em longinquas praias” (Bordalo, “Byron!” 179).



⁵ Observe-se, contudo, que apesar dos efeitos perniciosos e corruptores que encontra na poesia de Byron, também Pedro Augusto de Lima, no seu volume de poesia *Ocasos*, vindo a público, com sucesso, no ano de 1867, deixa transparecer a importância que o poeta inglês assumiu no conjunto das suas leituras de literatura estrangeira, ao incluir entre as epígrafes que antepõe aos seus poemas versos de Byron, ao lado dos de Dante, Racine, Balzac, Hugo, Espronceda e Zorrilla.

⁶ *Edinburgh Review* 53, June 1831: 544-572.

Obras Citadas

Bordalo, Francisco Maria. "Byron!". *O Panorama. Jornal Litterario e Instructivo, da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, Volume XIV, Primeiro da Quarta Série, 22, 30 Maio 1857: 173-175; 23, 6 Junho 1857: 178-179; 24, 13 Junho 1857: 186-188; 25, 20 Junho 1857: 197-198.

---. "Paralelo entre as litteraturas alemã e ingleza." *O Panorama. Jornal Litterario e Instructivo, da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, Volume XIV, Primeiro da Quarta Série, 21, 23 Maio 1857: 164-165.

"Byron em Lisboa." *A Liberdade* 19, 26 Abril 1863: 1-2.

Castanheira, Maria Zulmira. "A Grã-Bretanha na obra do romântico Francisco Maria Bordalo: imagens e referências". *Novos Caminhos da História e da Cultura. Actas do XXVII Encontro da APEAA (Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos)*. Org. por Carlos Ceia e Isabel Lousada . Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Centro de Estudos Anglo-Portugueses, 2007. 615-637.

---. "A Literatura Inglesa na Imprensa Periódica Portuguesa do Romantismo". *Revista de Estudos Anglo-Portugueses* 17 (2008): 127-254.

Douglass, Paul. "Byron's life and his biographers". *The Cambridge Companion to Byron*. Edited by Drummond Bone. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.7-26.

"Epopéia entre os modernos". *A Ilustração*, Vol. II, 4, Julho 1846: 72, 78-79; 6, Setembro 1846: 91-92.

Flor, João Almeida. "Byron em Português: para o estudo histórico-cultural da tradução literária". *Dedalus. Revista Portuguesa de Literatura Comparada* 5 (1995): 175-184.

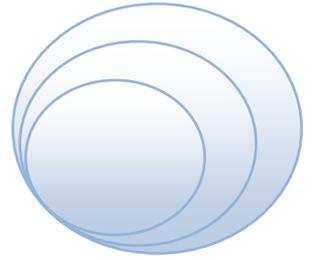


-
- Herculano, Alexandre. "De Jersey a Granville". *Cenas de um ano da minha vida. Poesia e meditação [1831-1832]. Apontamentos de viagem [1853-1854].* Prefácio e notas de Vitorino Nemésio. Lisboa: Livraria Bertrand, 1973.
- . *O Pároco de Aldeia. O Galego. Vida, ditos e feitos de Lázaro Tomé.* Prefácio e revisão de Vitorino Nemésio. Verificação do texto e notas de Maria Petronila Limeira. Venda Nova: Livraria Bertrand, 1969.
- . "Poesia. Imitação – Bello – Unidade." *Repositorio Literario da Sociedade das Sciencias Medicas e de Literatura do Porto* 11, 15 Março 1835: 84-88.
- Lima, Pedro Augusto de. "Os destinos da poesia contemporanea". *A Esperança*, Vol. I, 2, 1865: 12-13; 4, 1865: 25-26.
- "Lord Byron." *O Nacional* 881, 18 Novembro 1837: 7109.
- "Lord Byron". *Bibliotheca Familiar, e Recreativa*, Segunda Série, Vol. I, 9, 1842: 106-107 [com estampa].
- M.. "A Litteratura Ingleza." *O Instituto*, Vol. IX, 4, 15 Maio 1860: 57-58.
- Magalhães, Francisco José. *John Cam Hobhouse e Portugal. Diário de Viagem – 1809 (Lisboa, Sintra, Aldeia Galega, Montemor-o-Novo, Arraiolos, Estremoz e Elvas).* Lisboa: Livros Horizonte, 1993.
- Mendonça, Lopes de, trad. "Lord Byron. Por M. Macaulay." *Archivo Pittoresco*, Tomo I, 31, Janeiro 1858: 242-243; 32, Fevereiro 1858: 253-255; 33, Fevereiro 1858: 258-260; 34, Fevereiro 1858: 270-272; 36, Março 1858: 282-284; 38, Março 1858: 298-299; 42, Abril 1858: 330-333.
- Motta, A. Victorino da. "Byron". *O Instituto*, Vol. IX, 2, 15 Abril 1860: 28-29; 3, 1 Maio 1860: 43-44.
- Prothero, Rowland E., ed. *The Works of Lord Byron. A new, revised and enlarged edition, with illustrations. Letters and Journals.* Vol. I. London: John Murray, New York: Charles Scribner's Sons, 1898.
- "Quatro contemporaneos." *A Illustração*, Vol. I, 7, Outubro 1845: 106, 115-116, 119-120.
- Silva, L. A. Rebelo da, "A Eschola Moderna Litteraria." *A Epoca*, Tomo I, 7, 8, 9, 10, 15, 16, 25, 27 (1848): 105-109, 121-124, 136-139, 152-156, 234-238, 249-253, 388-391, 421-424.
- Sousa, Maria Leonor Machado de. " 'Tempting Demon': The Portuguese Byron". *The Reception of Byron in Europe. Volume I: Southern Europe, France and*



Romania. Ed. Richard Cardwell. London and New York: Thoemmes
Continuum, 2004. 164-187.

Byron e Lamartine num Soneto de Alcipe



João Almeida Flor

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Integrado em reflexão desencadeada a propósito do segundo centenário da viagem de *Lord Byron* a Portugal, o presente trabalho visa contribuir para preencher uma lacuna na linha de continuidade que caracteriza a recepção criativa de *Childe Harold's Pilgrimage* (1812) na cultura portuguesa oitocentista. Com efeito, propomo-nos comentar questões relativas a um soneto de interesse byroniano, até agora negligenciado, apesar de haver sido composto pela Marquesa de Alorna (1850-1839), entre os poetas conhecida por Alcipe, e publicado no volume IV das *Obras Poéticas* (1844), postumamente dadas à estampa por suas filhas, com o apoio editorial de Carlos Manuel Soyé. Como se este aliciante não bastasse, tal soneto constitui ainda o paratexto autoral introdutório, anteposto à tradução, também efectuada por Alcipe, de uma das célebres *Méditations Poétiques* (1820) de Alphonse de Lamartine, justamente aquela que, nessa colectânea inaugural do romantismo francês, o autor dedicara à controversa figura de *Lord Byron*. Daqui se concluirá como, a partir de um passo de *Childe Harold's Pilgrimage*,

Citação: Flor, João Almeida. "Byron e Lamartine num Soneto de Alcipe". *O Rebelde Aristocrata. Nos 200 Anos da Visita de Byron a Portugal*. Org. Maria Zulmira Castanheira e Miguel Alarcão. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies, 2010, pp. 42-54.



as reverberações do byronismo dentro do macro-espço anglo-franco-português, descrevem trajectórias de fluxo, refluxo e intersecção que demonstram a centralidade da figura de Alcipe como mediadora intercultural, na transição para o romantismo oitocentista.

*

* *

Comecemos por notar que os episódios e o significado genérico da passagem de *Lord Byron*, no verão de 1809, por terras portuguesas, em trânsito para a Andaluzia e rumo ao Mediterrâneo oriental, podem ser reconstruídos, em termos histórico-biográficos, com base em materiais de índole diversa, a carecerem de estudo crítico contextualizante e relativizador do valor documental respectivo.

A fonte historiográfica principal é constituída por um conjunto de apontamentos memorialísticos manuscritos, em latim e inglês, preparatórios da publicação de um relato da viagem por John Cam Hobhouse, amigo íntimo de Byron que o acompanhou em quase todo o trajecto.¹ Além disso, em registo mais íntimo e com cópia de pormenores pitorescos, a visita a Portugal também surge referida na correspondência epistolar do poeta, datada do verão de 1809.² No entanto, importa reter que todos estes materiais foram disponibilizados mediante publicação, só em data muito tardia, razão pela qual o seu contributo para a construção da imagem de Byron entre nós se pode considerar de importância secundária.

Na verdade, para a recepção de Byron, iniciada ainda em princípios do século XIX, o texto determinante consistiu na verbalização poética de algumas impressões de viagem, subjacentes às estrofes de *Childe Harold's Pilgrimage* (1812), dedicadas à geografia física e humana do nosso país e, em particular, à cidade e região de Lisboa. Nos leitores portugueses, o tom depreciativo do passo provocou ressentimento imediato e duradouro, pela denúncia da pretensa incultura e falta de polimento civilizacional dos habitantes e



naturais, em contraste com o louvor entusiástico, suscitado pela beleza natural de um conjunto de lugares amenos e paisagens edénicas dos arredores da capital. Com efeito, lido na estrutura superficial da sua literalidade, o passo tem sido entendido como insultuosa afronta aos valores da auto-estima portuguesa, para mais em tempo de protonacionalismo romântico. Assim, logo a partir da recensão e tradução parcial do poema, promovidas pela primeira geração de exilados criptoliberais em Inglaterra,³ os portugueses têm procurado tirar desforço da alegada insolência byroniana, publicando sucessivos desagrvos, réplicas, e repúdios poéticos, assinados por inúmeros autores. O mais curioso talvez seja observar como boa parte destes, a despeito das polémicas luso-britânicas, não logrará eximir-se à influência exercida pela voz de Byron, romântico por antonomásia, que a Europa coeva se habituara a aclamar, pelo seu exemplo geracional de fulgor poético, subjectivismo exacerbado, titânica rebeldia e pessimismo existencial, amiúde condimentado pelos escândalos da sua assumida luxúria.

Deste modo, a princípio difundidas sobretudo pelas traduções francesas de Benjamin de la Roche e também de Amédée Pichot, a poesia e a reputação byronianas transformam-se, em Portugal, numa espécie de grande liça literária que anima a imprensa periódica da época e se aviva em volumes publicados durante todo o século XIX. Entre os autores dispostos a defender, com pundonor, a dignidade da nação vilipendiada, contam-se os nomes de Almeida Garrett (1824), Alexandre Herculano (1829), Camilo Castelo Branco, Bulhão Pato (1857), António Pedro Lopes de Mendonça (1858), Rebelo da Silva e Guerra Junqueiro (1874).⁴ Em contrapartida, outros literatos, como sejam João de Lemos (1859), Alberto Telles (1879) e D. G. Dalgado (1919), esforçam-se por atenuar o efeito negativo das estrofes de *Childe Harold's Pilgrimage*, tomando uma posição conciliatória que tende a julgar procedentes alguns dos reparos de Byron em relação a Portugal, ou então, a congeminar explicações e atenuantes para a animosidade do poeta. Entretanto, no decurso do século XIX, tal apaziguamento será reforçado mediante publicação de um número crescente de traduções portuguesas de



poemas byronianos, primeiro em periódicos e depois em livro, tema por nós já estudado noutra lugar.⁵

A propósito deste conflito de opiniões, recordemos a síntese clarividente, elaborada por Fernando de Mello Moser, primeiro Presidente da Secção Portuguesa da International Byron Society e autor de um ensaio sobre a reputação do poeta entre nós:

[...] the story of Byron's reputation in Portugal until the later nineteenth century is, to a great extent, the story of a grievance, stressed by those on one side who repeatedly showed that Byron had grossly exaggerated and had, in fact, been prejudiced in his remarks concerning the Portuguese people, and attenuated by those on the other side who tried, not too successfully to justify Byron's ways to their compatriots.⁶

Ora, transposto que foi já o limiar do século XXI, como poderemos nós aqui equacionar tal problema que tem alimentado a vitimização dos portugueses, injustiçados por acintosos versos? Em boa verdade, estamos em crer que tal questão sempre derivou e deriva da identificação do protagonista Childe Harold com o próprio Byron, motivo pelo qual conviria ultrapassar, em definitivo, as polémicas serôdias e estéreis, travadas em torno de ressentimentos e desafectos recíprocos, no intuito de transferir a discussão para o campo da hermenêutica literária e inscrever o passo famoso no seu contexto histórico, literário e cultural.

Em primeiro lugar, sublinharemos como a posição teórica das poéticas anglófonas (pós)modernistas encara a identificação tendencial do autor empírico (neste caso, o homem Byron) com o sujeito lírico ou narrativo (aqui, a personagem Harold) como um pressuposto metodologicamente pretérito, em óbvia concordância com a estética romântica da sinceridade confessional e intimista mas insusceptível de fundamentar, sem reservas, uma leitura literária actualizada. De facto, em sintonia com a adopção de modelos sócio-económicos de inspiração demo-liberal, a profunda crise da consciência individual e colectiva, ocorrida na transição para o século XIX e acentuada no apogeu do chamado período vitoriano, originou um fenómeno de gradual



fragmentação, dissociação e multiplicação do sujeito discursivo que, no paradigma pré-modernista então emergente, foi corroendo a noção de escrita como expressão plena e imediata da personalidade autoral. Em nossa opinião e de harmonia com esta viragem, justifica-se, então, propor hoje que a lusofobia tradicionalmente imputável ao homem e ao poeta Byron seja, antes, interpretada como estratégia discursiva, no quadro de uma poética singularmente receptiva a atitudes histriónicas de fingimento e simulação. Além disso, exprimindo a revolta prometeica e a disforia romântica de toda uma geração, o texto logra desempenhar essencialmente três funções complementares. Primeiro, documenta o potencial desdobramento polifónico e dramático da escrita lírica byroniana; depois, remete para a especificidade de uma situação narrativa e descritiva concreta e condicionante do sentido geral do poema; finalmente, dá voz à sensibilidade peculiar do protagonista Harold, figura ficcionada como *persona* literária, num palco onde contracenam outras alteridades (pré)modernistas.

Em segundo lugar, numa perspectiva histórico-política, o leitor de hoje recordará como os episódios bélicos da primeira invasão napoleónica, referidos em *Childe Harold's Pilgrimage* e, em particular, o seu controverso desfecho na chamada Convenção de Cintra (1808), considerada ignominiosa pela opinião pública coeva, concorreram para que Byron e os liberais britânicos verberassem esse capítulo da Guerra Peninsular, e, por extensão abusiva, o país onde ele decorrerá.

Em terceiro e último lugar, a interpretação actual das estrofes problemáticas poderá fundamentar-se no facto de o universo simbólico do poema denotar a marca rousseauista, herdada por certas antinomias românticas. Com efeito, em *Childe Harold's Pilgrimage*, deparamos, por um lado, com a celebração apoteótica das categorias paisagísticas do pitoresco ou do sublime, quer como emblemas da idade áurea e sua harmonia edénica, quer como sinais de uma energia criadora, natural e transcendente. Por outro lado, no extremo oposto, assinalamos a denúncia da indesejável presença e



acção humana (no caso vertente, portuguesa) cuja pecaminosa desmesura ameaça macular, degradar e contaminar espaços indevidamente civilizados.

Indicados sucintamente três argumentos que nos obrigam hoje a formular objecções à leitura linear e biografista do passo em questão e suas justificações fantasiosas, aproximamo-nos agora do texto byroniano de Alcipe, intitulado “Soneto (que não serviu) dedicando uma obra poética ao autor de Childe Harold”, aqui transcrito com grafia actualizada.⁷

Não me arrasto ante Heróis nem Potentados
Para oferecer-lhe os frutos do juízo;
Acolham-nos as Musas de um sorriso
Ou só por elas sejam castigados.

Tu, que sem compaixão dos Lusos Fados,
Deste as cores do Averno ao Paraíso,
Aplaque-te esta ofrenda; acho preciso
Que te sejam meus versos dedicados.

Se eles são bons, se a par do Venusino
Colho flores nas bordas do Permesse,
Desagravo a Nação de um desatino.

Se são maus, indulgência não te peço:
É de humanos errar, não temo ensino;
Da glória que te dou não me entristeço.

Centralmente interessados no valor documental do poema, deixaremos de lado a apreciação de eventuais valores estéticos, para concentrar atenções nos aspectos julgados pertinentes, em termos da recepção de Byron pela cultura portuguesa.

Importa notar como, em lugar de ser mencionado pelo nome, Byron é evocado no título apenas enquanto criador de *Childe Harold*, quer dizer, através de uma tática de circunlóquio que indirectamente revela a identidade do destinatário mas logo focaliza as atenções num único poema, precisamente o que documenta incidências portuguesas. A corroborar tais palavras, a apóstrofe da segunda quadra demonstra ser justamente a alegada



lusofobia byroniana (“Tu, que sem compaixão dos Lusos Fados / Deste as cores do Averno ao Paraíso”) o alvo que Alcipe pretende atingir.

Em complemento, também numa nota de pé de página, pode ler-se a seguinte explicitação da autora:

Lord Byron quando, no 1º canto do sobredito poema de *Childe Harold*, descreve os sítios de Portugal, e os seus costumes, trata despiudadamente os Portugueses; e isto quando eles sofriam grandes calamidades na época da invasão de Bonaparte.⁸

Assim sendo, com o objectivo genérico de cumprir os ritos do desagravo nacional, a argumentação do soneto de Alcipe desenvolve uma tópica que engloba várias noções conexas, envoltas ainda em múltiplas referências culturais greco-latinas, caras à poética do neoclassicismo setecentista. Igualmente se salientam a concepção não-utilitária da poesia e a respectiva função sacrificial, restauradora da harmonia cósmica, bem como a sua capacidade de proporcionar ressarcimento moral aos injuriados e de conceder imorredoura glória a quem for nomeado como objecto ou destinatário do canto. Daí deriva a necessidade redundante de incorporar no próprio texto a dedicatória a Byron (“Aplaque-te esta ofrenda; acho preciso / Que te sejam meus versos dedicados.”).

Além disso, o soneto apresenta-se-nos como poema prefacial a um texto mais extenso que, para Alcipe, funciona igualmente como réplica ao autor de *Childe Harold's Pilgrimage*. Curiosamente trata-se de uma tradução do francês, a “Epístola a Lord Byron, imitada da II Meditação de Alphonse de Lamartine, intitulada O Homem” e, à primeira vista, pode causar estranheza que Alcipe tivesse confiado a função de dar livre curso ao seu próprio pensamento, através da versão de um texto alheio. No entanto, talvez seja este um dos sinais da elevada dignidade atribuída pela autora à tradução, ou melhor à imitação literária, que, embora pertença à categoria metatextual das escritas derivativas e de segundo grau, consente certas modalidades de intervenção estética, pela apropriação subjectivante do sentido.



Noutro plano, com os materiais actualmente disponíveis, não parece fácil determinar a data de composição do soneto em estudo nem da tradução mencionada mas será possível situá-los em fase tardia da produção literária de Alcipe, necessariamente posterior a 1820, ano da primeira edição de *Méditations Poétiques* de Lamartine. Escasseiam igualmente os dados sobre os modos e a ocasião que propiciaram o contacto da tradutora com a citada colectânea, uma das obras inaugurais do romantismo europeu, mas a consabida familiaridade de Alcipe com a língua francesa e o seu relacionamento duradouro com literatos cosmopolitas como sejam Mme de Staël e Filinto Elísio, longos anos exilado em França, pode ter facilitado o acesso ao original. De resto, a proximidade de Lamartine ao círculo de relações de Alcipe comprova-se pelo facto de o autor francês haver dedicado a Filinto um extenso poema, intitulado “La Gloire: à un poète exilé”, que veio a lume no ano de 1827, em edição bilingue, donde respigamos a citação seguinte:

Ton destin, ô Manoel, suivit la loi commune,
Ta muse t’enivra de précoces faveurs,
Tes jours furent tissus de gloire et d’infortune!...

[...]

Ni l’exil, ni les fers de ces tyrans du Tage
N’enchaîneront ta gloire aux lieux où tu mourras;

Lisbonne la réclame, et voilà l’héritage
Que tu lui laisseras.⁹

Note-se que o anónimo tradutor português deste encómio lamartiniano, publicado nas páginas de um periódico, acrescentou-lhe palavras prefaciais onde lamenta a pouca atenção entre nós atribuída às belas-letas, concluindo nestes termos:

Esta maneira de proceder exemplifica-se mui bem e o leitor inteligente [...] nos poupa o desgosto do seu desenvolvimento, não menos assassino do amor próprio nacional que a descrição do porto de Lisboa de Lord Byron e as queixas de um verdadeiro patriota no epifonema do poema *Camões*.¹⁰



Importa ainda completar a presente exposição, com observações relativas ao significado da tradução do poema byroniano de Lamartine, assinada por Alcipe.

A primeira edição de *Méditations Poétiques* (1820) contém vinte e quatro poemas mas, em datas sucessivas, estes sofreram grande número de emendas, aditamentos e alterações que tornam singularmente árduas as tarefas da crítica textual contemporânea. Por seu turno, a resistência dos poemas à leitura interpretativa provém, não só da sua heterogeneidade formal, cronológica e temática mas igualmente das constantes remissões para um quadro cultural de feição complexa e quase sincrética. Com efeito, no timbre de Lamartine coexistem a tradição e a inovação discursiva, o universo mental judaico-cristão e as posições agnósticas, bem como a resignação do estoicismo a par da insurreição prometeica contra a ordem estabelecida. Vale a pena frisar o facto de tais antinomias manifestarem profundas afinidades e relações intertextuais com a obra byroniana então em voga, factor que contribuirá para explicar o êxito imediato de Lamartine junto do público e da crítica, materializado nas nove edições da colectânea, em apenas três anos.

Por sinal, embora sejam também detectáveis em outras obras como *Le Dernier Chant du Pèlerinage d'Harold*, *Nouvelles Méditations*, *Harmonies Poétiques*, *Jocelyn* e *Vie de Lord Byron*, as afinidades e dependências de Lamartine em relação ao seu modelo inglês são explicitadas precisamente no segundo poema da colectânea de 1820 (“Méditation Deuxième: L’homme, À Lord Byron”) e num extenso comentário, incluído no final do volume:¹¹

Lord Byron est incontestablement à mes yeux la plus grande nature poétique des siècles modernes. [...] Je devins ivre de cette poésie. J’avais enfin trouvé la fibre sensible d’un poète à l’unisson de mes voix intérieures. Je n’avais bu que quelques gouttes de cette poésie, mais c’était assez pour me faire comprendre un océan. [...] Je m’assis au coin d’un petit feu de ceps de vigne, que je laissais souvent éteindre, dans la distraction entraînant de mes pensées; et j’écrivis au crayon, sur mes genoux, presque d’une seule haleine, cette méditation à lord Byron.



Resumidamente, este poema lamartiniano, traduzido por Alcipe, constitui uma apóstrofe ao próprio Byron cujo orgulho conduziu à revolta contra Deus, na inútil tentativa fáustica de ultrapassar a debilidade e as limitações da condição humana. Desta premissa decorre que a aceitação resignada dos desígnios da onipotência divina seja a única atitude consentânea com a lei interior que sempre preconiza o imperativo da esperança. A concluir, Lamartine exorta Byron a cantar inspiradamente a providência divina, a submissão humana e os afectos do coração. Na tradução de Alcipe:¹²

Ser homem, e querer saber é crime:
Ignorar e servir é lei severa,
Mas lei do nosso ser. Dura verdade!
Sofre-a, ó Byron, pois sobre nós impera.

[...]

Quer amar, mas é frágil quanto ama!
Todo o mortal parece-se na terra
C'ó degradado do Éden, quando irado
Do celeste jardim Deus o desterra.

[...]

Silêncio, ó minha lira!... E tu, ó Byron,
Que os corações imersos na agonia
Tens nas mãos e avalias os humanos,
Extrai dela torrentes de harmonia.

[...]

Precederás os génios mais sublimes
Com que brindou o mundo sabiamente
O Criador de tudo: fez o Vate
Para cantar e crer e amar somente.

Que conclusões servirão de remate a esta exposição, iniciada e terminada em Byron, após excursos e digressões que se revelaram necessários?

Procurando ultrapassar o horizonte factual e biobibliográfico, a nossa reflexão orienta-se para enquadramentos comparatistas, exemplificativos da rede triangular de migrações textuais, registadas entre a Inglaterra, a França e Portugal, na longa transição para o século romântico. Por um lado, tal



intercâmbio constante testemunha o crescente fenómeno de globalização cultural europeia e, por outro, origina a produção e circulação de imagens e contra-imagens identitárias, como as de Portugal em Byron, que afirmam e reivindicam as irreduzíveis especificidades locais, regionais e nacionais, legadas pelo pensamento de Herder, Fichte e Humboldt à antropologia romântica.

Neste ponto, afigura-se adequado sublinhar como a exploração sucinta de uma rede de relações literárias, estabelecidas entre intelectuais da Europa oitocentista, acabou por nos proporcionar o encontro textual de figuras poéticas tão marcantes como Byron, Lamartine, Filinto Elísio, Alcipe e até Garrett que, de uma ou de outra forma, intervieram na (des)construção do retrato lusitano, extraído das páginas de um dos mais celebrados românticos ingleses.

Finalmente, em termos de história literária, a tradução dos poemas referentes a Byron / Lamartine por Alcipe, publicados nas *Obras Poéticas* em 1844, marca justamente o arranque da fase ascendente na reputação de Lamartine em Portugal, que atingirá a apogeu na década seguinte, para entrar em declínio a partir de 1860-65.¹³ Podemos, pois, sugerir que a obra de Lamartine, difundida entre nós a partir da década de quarenta, (ou seja, com o intervalo de uma geração após o sucesso de estreia de *Méditations Poétiques*) terá desempenhado papel de relevo como veículo introdutório da tópica byroniana na cultura portuguesa contemporânea. Com efeito, ao trabalho pioneiro de Alcipe ficamos devendo tal forma de recepção criativa indirecta, manifesta no comprazimento em glosar a sintomatologia da chamada síndrome romântica, desde os infortúnios do amor até ao refúgio em isolamento, desde o peso de antiquíssima transgressão inominada até aos refrigérios da natureza, desde o sentimento elegíaco da transitoriedade humana até ao recolhimento contemplativo e jubiloso, pela esperança na regeneração final.



-
- ¹ Cf. João Almeida Flor. “A propósito de um manuscrito do Museu Britânico sobre a viagem de Byron a Portugal”. *RFLUL*, 4.ª série, I (1976-77).
- ² Por exemplo, em cartas dirigidas a sua Mãe e a alguns amigos.
- ³ João Almeida Flor. “An early Portuguese review of *Childe Harold’s Pilgrimage*”, *Byron / Portugal*, Lisboa, 1977.
- ⁴ Maria Leonor Machado de Sousa. “ ‘Tempting Demon’: the Portuguese Byron”, *The Reception of Byron in Europe*. London, 2004.
- ⁵ João Almeida Flor. “Byron em português: para o estudo histórico-cultural da tradução literária”. *Dedalus*, 5, 1995.
- ⁶ F. de Mello Moser. “Byron and Portugal: the progress of an offending pilgrim”. *Byron’s political and cultural influence in 19th century Europe: a Symposium*. NJ, 1981, e João Almeida Flor. “Lord Byron”. *Biblos*, I, Lisboa, 1995.
- ⁷ Marquesa de Alorna. *Obras Poéticas*. Vol. IV. Lisboa, 1844. 227.
- ⁸ *Op. cit.* 227.
- ⁹ Fernando Moreira (ed.), *Obras Completas de Filinto Elísio*. Tomo V. Braga, 1999.
- ¹⁰ *Novos Anais das Ciências e das Artes*. N.º 2 (Março), Paris, 1827.
- ¹¹ Alphonse de Lamartine. *Méditations*. (Ed. F. Letessier). Paris, 1968. 32 ss.
- ¹² Marquesa de Alorna, *loc. cit.*
- ¹³ Maria de Fátima Outeirinho. *Lamartine em Portugal: alguns aspectos da sua recepção (1840-1890)*. Porto, 1992, *passim*.

Obras citadas

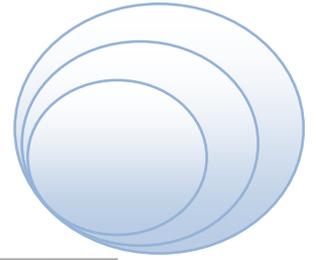
- Alorna, Marquesa de. *Obras Poéticas*. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1844, 6 vols.
- Flor, João Almeida. “Byron em português: para o estudo histórico-cultural da tradução literária”. *Dedalus*, 5, 1995.
- . “An early Portuguese review of *Childe Harold’s Pilgrimage*”, *Byron / Portugal*, Lisboa, 1977.
- . “Lord Byron”. *Biblos*, I, Lisboa, 1995.
- . “A propósito de um manuscrito do Museu Britânico sobre a viagem de Byron a Portugal”. *RFLUL*, 4.ª série, I (1976-77).
- Lamartine, Alphonse de. *Méditations*. Ed. F. Letessier. Paris, 1968.
- Moreira, Fernando, ed. *Obras Completas de Filinto Elísio*. Tomo V. Braga, 1999.
- Moser, F. de Mello. “Byron and Portugal: the progress of an offending pilgrim”. *Byron’s political and cultural influence in 19th century Europe: a Symposium*. NJ, 1981.
- Novos Anais das Ciências e das Artes*. N.º 2 (Março), Paris, 1827.



Outeirinho, Maria de Fátima. *Lamartine em Portugal: alguns aspectos da sua recepção (1840-1890)*. Porto, 1992.

Sousa, Maria Leonor Machado de. “ ‘Tempting Demon’: The Portuguese Byron”. *The Reception of Byron in Europe. Volume I: Southern Europe, France and Romania*. Ed. Richard Cardwell. London and New York: Thoemmes Continuum, 2004. 164-187.

Amazonas não são da Hespanha as Filhas?: Byron & “the Spanish Maid”



Maria de Deus Duarte
CETAPS

At a period when the eyes of all Europe are directed to that awful scene of heroic enterprize now displayed in Spain and Portugal; when the heart of every Briton is animated to support the cause of oppressed nations; the most trivial incidents relating to that part of the Continent may be capable of exciting some degree of interest.

Mary Hill, *The Forest of Comalva, a Novel*, 1809.

1.

A personalidade multímoda de Byron (1788-1824), a diversidade da sua produção literária e a recepção desta em Portugal através de traduções, versões e imitações foram tratadas durante a jornada de hoje de forma superior; a breve comunicação que irei fazer é assim um apontamento singelo, apropriando-me, no título, da proposta de tradução de Francisco José Pinheiro, em 1863, do primeiro verso da estância LVII de Childe Harold's Pilgrimage: “Amazonas não são da Hespanha as filhas” (39).

No início deste ano, os cinéfilos viram surgir um novo projecto da companhia britânica *Screen International*, a qual se prepara, com a americana *The Weinstein Company* para a realização de uma série de películas de cariz histórico sobre o conflito que, no país vizinho, tomou o nome de *Guerra de la*

Citação: Duarte, Maria de Deus. “Amazonas não são da Hespanha as Filhas?: Byron & ‘the Spanish Maid’ ”. *O Rebelde Aristocrata. Nos 200 Anos da Visita de Byron a Portugal*. Org. Maria Zulmira Castanheira e Miguel Alarcão. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies, 2010, pp. 55-67.



Independencia (1808-14), produção que dará grande relevo à acção mítica de Agustina de Aragón em 4 de Junho de 1808, com filmagens prováveis em Saragoça, Lituânia e Malta, até 2010.

A ligação à peça de artilharia que dominou durante a defesa *del Portillo de Zaragoza/Saragossa* confere a Agustina, na memória popular, o lugar de uma das mais valentes guerreiras peninsulares, ao disparar um canhão contra os franceses durante o primeiro cerco daquela cidade de Aragão, retardando o avanço do inimigo e substituindo os homens no esforço de guerra. Depois destes feitos, Agustina recebeu treino militar, alcançando o posto de capitão no exército espanhol e, sob as ordens de Wellington, combateu em Vitória, em 1813.

Em Espanha, onde os vários meios de comunicação nacionais, ávidos pela novidade, deram amplo relevo à notícia surgida exactamente no bicentenário do segundo cerco de Saragoça, a opinião pública agitou-se e dividiu-se quanto à actriz que melhor desempenharia o papel da guerrilheira dos cercos de 1808 e 1809. Embora Agustina não fosse natural de Aragão mas catalã (Tarragona),¹ e os saragoçanos entrevistados pela TVE preferissem ver uma jovem aragonesa suplantar a interpretação de Aurora Bautista no clássico franquista *Agustina de Aragón*, de 1950, de Juan de Orduña, muitos julgaram certa Penélope Cruz como cabeça do elenco e símbolo da mulher espanhola. Porém, a eleita foi até agora, a actriz e intérprete musical britânica Natalia Gastiain Tena (1-11-1984), que contracenou com Daniel Radcliffe no filme *Order of the Phoenix* como Nymphadora Tonks, numa das películas da saga de um rebelde Harry Potter familiarizado com práticas mágicas e interditas.

Se algum desconcerto existiu no acatar desta escolha para a representação da atractiva Agustina Raimunda Maria Zaragoza Doménech (1786-1857), ainda que Natalia Tena seja descendente de espanhóis, a tarefa atribuída à estrela de maior projecção do elenco masculino do mesmo projecto, Daniel Radcliffe, gerou igual perplexidade, já que este actor não irá fazer o papel do soldado Juan Roca Vilaseca, com quem Agustina estaria



possivelmente casada desde os dezasseis anos, mas sim o de George Gordon, o jovem *Lord Byron* que, atravessando a cavalo o Alentejo e descendo o Guadiana a caminho de Sevilha, aí terá conhecido a heroína espanhola, sem que, porém, existam registos que sustentem a existência, à época, de uma relação, ou grande proximidade.

A par das personagens referenciais Wellington (*Sir Arthur Wellesley* 1769-1852) e Agustina, incontornáveis no que diz respeito às Guerras Napoleónicas e particularmente à ocupação de Espanha, a inclusão da super-estrela Daniel Radcliffe no guião deste grande projecto como o “mad, bad and dangerous to know” *Lord Byron*, reflecte os objectivos de bilheteira e de posicionamento estratégico das produtoras, já que o rebelde Byron é em si um produto de culto, fascinante e poderoso. Se é certo que, por um lado, a ideologia nacionalista é peça essencial da cosmovisão romântica, e se, por outro, não nos devemos impressionar pelo radicalismo de George Gordon *in propria persona*, enquanto *persona poetica* e mito que de si mesmo criou, sabemos que Byron apoiou a luta contra a repressão, o despotismo e o imperialismo: os estudantes que pereceram na Praça de Tia Na Men, gritaram há 20 anos a palavra Byron enquanto ícone da rebeldia titânica e campeão da liberdade, crédulos do seu fervor político, mérito e exemplo efectivo na luta empenhada pela cidadania plena.

2.

Byron é património global e uma “mercadoria” afamada desde a publicação em 1812 de *Childe Harold’s Pilgrimage*, o primeiro sucesso literário que levou o público a identificar o protagonista Harold com a essência do homem George Gordon.² Mas a associação na tela, e como paratexto, do escritor britânico à representação de Agustina e ao primeiro Canto daquela obra (estâncias LIII-LX), torna igualmente visível o impacte social, cada vez maior, da especificidade da cultura europeia no quotidiano dos espectadores globais, a comunicação mais estreita entre as instituições culturais e o público, e o modo como o discurso poético vem sendo aceite como



interventivo e mediador entre o imaginário e a realidade material, sem contudo atender, no caso de Byron, à actual distanciação académica entre o homem e a sua obra.

No Canto III de *Don Juan*³ afirma-se que, se o poeta-viajante que aí se descreve tivesse que compor um texto que representasse o país visitado, escreveria uma balada ou um poema sobre as Guerras Napoleónicas caso se tratasse de Espanha ou Portugal:

In France, for instance, he would write a chanson;
In England, a six canto quarto tale;
In Spain, h'd make a ballad or romance on
The last war – much the same in Portugal; (*DJ*, LXXXVI, 153-156)

A actualidade dos versos acerca da Guerra Peninsular e de Agustina trouxe-lhe publicidade através dos dois primeiros Cantos de *Childe Harold* desde o primeiro momento, e deu a esta figura uma espectacularidade com grande alcance, enquanto tripla junção da rescrita do olhar fascinado sobre o universo feminino andaluz que o poema de 1809 “The Girl of Cadiz” espelha (composto a bordo do paquete que o levou de Gibraltar ao Levante), da guerrilheira dos tempos modernos e liberais, e da imagem mitológica da Amazona. Consequentemente, o argumento da película anunciada, merecedor em 2009 de um galardão nos E.U.A, eliminará os lances sensacionalistas de uma vida dissipada em vários amores (Mary Duff, Margaret Parker, Mary Chaworth, Theresa Macri, *Lady Oxford*, Caroline Lamb, Claire Clairmont, Marianna Segati, Margherita Cogni, *Lady Blessington*), as aventuras galantes, as conquistas excêntricas e as ligações às figuras femininas mais importantes do percurso amoroso byroniano, no qual o poeta se instituiu simultaneamente como paradigma do sedutor e da vítima – a mulher Annabella (Anne-Isabelle) Milbanke; a meia-irmã Augusta Leigh; a confidente *Lady Melbourne*; a amante italiana Teresa Guiccioli; a andaluza Inês –, para realçar a representação de uma artilheira que *Lord Byron* terá conhecido num cortejo sevilhano, a jovem que tão entusiasticamente celebra,



e que, segundo o mito, de modo desusado, soltou pela primeira vez os gritos corajosos de “*Viva España!*” no meio dos sitiados moribundos que enfrentavam os soldados inimigos num ponto decisivo na Península: Saragoça.

Muito se tem escrito acerca da crítica desapiedada de Byron sobre o nosso país e se repetiu o argumento de que o poeta nos menosprezou pois nos visitara num momento de tumulto, desorganização e penúria, no rescaldo da invasão de Soult; mas, quando Byron alcançou Portugal, tal panorama era idêntico para além do Guadiana, pelo que a visão preconceituosa das gentes lusas correspondia certamente antes à imagem que do nosso país tinham muitos britânicos: “*poor, paltry slaves*” (*CHP*, I, XVIII). Se algum país poderia fazer frente às ambições vertiginosas de Napoleão, auxiliar os intentos de Sua Majestade e decidir uma guerra europeia, essa nação era Espanha, não Portugal: “*...well doth the Spanish hind the difference know / 'Twixt him and Lusian slave, the lowest of the low*” (*CHP*, I, XXXIII). Tal visão do fraco poder da resistência portuguesa, contrariada havia muito por Wellington, viria a revelar-se errada, mas serviu de lastro ao poeta no retrato negativo do nosso país durante a intervenção britânica na Guerra Peninsular, a que se teria aliando a irritação e o orgulho feridos pelas experiências desafortunadas em Lisboa, que os biógrafos amiúde registam: “*it is well known what the Portuguese were before the English regenerated them, and what they are at the present, since they have been again left to themselves*” (Iley 96).

A cruzada em que se transformou a ajuda britânica a uma nação destruída pela França substituiu a visão exótica de uma Espanha pacífica, remota e quase medieval pela imagem de um horizonte mais próximo, onde fermentava o nacionalismo, a ânsia de liberdade, e o ensaio de novas formas de governação e de representação política; aos dez dias em Portugal (7 a 17 de Julho) seguiram-se vinte dias em Espanha, e a permanência de Byron na “*voluptuosa*” *Andalucía*, onde rapidamente percebeu que muitas mulheres tinham estilhaçado as fronteiras comportamentais do seu género e os códigos do século XIX pois lutavam, de modo vigilante e dedicado, ao lado dos homens. Aí terá visto Agustina desfilar num cortejo melodramático, semi-



fardada e com medalhas, elevada à estatura de heroína gloriosa que vaticinava ao Prometeu moderno o caminho que o confinaria às solitárias escarpas de Santa Helena.

No início do século XIX, a imagem mais familiar aos britânicos dessa presença feminina nas lutas peninsulares é a descrição de Charles Richard Vaughan em *Narrative of the siege of Zaragoza*, de 1809, da defesa *del Portillo* por Agustina (cf. Vaughan 14-16), passo no qual a figura feminina, que inicialmente vinha apenas trazer alimentos aos fatigados combatentes, surge metamorfoseada na amazona, assumindo um papel não institucional e transgressor, ao disparar, sem desfalecimento, a bateria contra as dragonas vermelhas dos sitiadores. Este marco britânico do repertório figurativo de Agustina, como rebelde com causa justa, ecoa na construção do episódio conhecido como “The Maid of Saragossa” em *Childe Harold*. Contudo, nesta recriação poética de Agustina de Aragón deparamos com a flutuação entre a voz que havia definido em Dezembro de 1806, no poema “To Woman”, o ser feminino como “that fair and fond deceiver” (v. 11), cujas promessas e compromissos eram “trac’d in sand” (v. 22),⁴ e a figuração, otimista, em 1812, de uma feminilidade que já estranha os papéis tradicionais e homogêneos, a submissão e a invisibilidade.

Essa construção de Harold – “the child of imagination”, como Byron define no Prefácio de 1812⁵ –, aparece sujeita à visão da sua classe e à definição dual e dicotômica entre gêneros. Porém, reconhecemos que há uma presença marcante de Agustina no primeiro canto de *Childe Harold* que a distancia quer da putativa passividade das restantes espanholas, retratadas de forma ideal, quer da resistência do povo a oeste do Guadiana: os portugueses. Byron esquece o alcance da persistência das gentes lusas e da nossa capacidade de resistir realçando a patriota espanhola, vista e representada como heroína inspiradora de mudança nas práticas sociais, não fera indomável nem terna rola: “a step between submission and a grave” (*CHP*, I, LIII).



De facto, o recolhimento sentimental da mulher no espaço privado e doméstico, o afastamento da vida pública e a descrença nas suas capacidades no que dizia respeito à actividade revolucionária ou combativa não prejudicaram a sua interferência real na guerra em espaço espanhol durante a ocupação da Península.⁶ A transformação da condição feminina na esfera particular da família operou alterações extraordinárias no plano mais amplo da nação, onde as acções dos paisanos no conflito armado apelavam a uma união, que desprezava, também, as profundas diferenças geográficas. A acção das mulheres vem juntar-se ao levantamento popular e espontâneo dos resistentes nas cidades, e à da guerrilha rural, vista como um conjunto de pequenos grupos regionalmente organizados de montanhese e camponeses fracamente armados que dizimava os invasores franceses, simultaneamente com coragem e brutalidade; a sobrevivência da guerrilha residia, em grande parte, na abnegação e patriotismo dos seus elementos e nas frutíferas acções de tocaia, libertação de prisioneiros e de ruína das comunicações ao introduzirem-se nas linhas da *Grande Armée*, tarefas frequentemente levadas a cabo por mulheres. Sustentadas pela transformação da esfera familiar burguesa e por um novo modelo de sociabilidade pública inspirado, de forma lata, nos ideais liberais, a célula familiar e o país deixaram então de ser unidades distintas. As descrições da revolta de Madrid contra as forças de Murat em 2 de Maio de 1808 referem os actos corajosos e varonis das *manolas* que lutaram muitas vezes com as armas inerentes à sua condição doméstica e pouco exposta: diz o mito que foi um vaso de flores o que matou o oficial Legrand, filho do general com o mesmo nome (cf. Lovett I, 142-145). Mas essa modificação do papel feminino durante o conflito peninsular não se restringe às anónimas mulheres do povo, às casadas com soldados, ou às guerrilheiras: o nome da prima do General José Palafox, a Condessa Bureta, que doou parte da sua fortuna aos revoltosos de Saragoça, é amiúde invocado no contexto das que então animaram o espírito dos soldados.

No início do episódio de *Childe Harold's Pilgrimage* que aqui importa, a donzela de Saragoça é, sob o ponto de vista masculino e do militarismo, "all



unsexed”: “Is it for this the Spanish maid, aroused, / ... And, all unsexed, the Anlace hath espoused”, /and dared the deed of war?” (CHP, I, LIV). Se esse olhar suspeito lhe nega a masculinidade, o *eu* lírico enquadra-a, porém, no género masculino através do símbolo (anlace) e da dicção poética (espoused), sem lhe negar a violência e a sexualidade associadas a “aroused”: ao ver as baionetas, ao contrário de qualquer donzela que ficaria pálida à vista de uma ferida e gelada ao ouvir o piar da coruja, Agustina atravessa com passos de Minerva, por cima de cadáveres ainda quentes, os campos que Marte temera pisar: “and over the yet warm dead / Stalks with Minerva’s step where Mars might quake to tread” (CHP, I, LIV). Sem chorar o amado que sucumbe, Agustina é a jovem que substituirá os sitiados que caem, impedindo a deserção, perseguindo o inimigo, entregando-se totalmente às múltiplas tarefas pela causa comum, com abnegação e patriotismo:

Her lover sinks – *she sheds no ill timed tear*;
 Her chief is slain – *she fills his fatal post*;
 Her fellows flee – *she checks their base career*;
 The foe retires – *she heads the sallying host*
 (CHP, I, LVI; itálico nosso)

Para além de espelharem o conhecimento empírico da participação das mulheres espanholas nos vários combates, os versos de Byron recordam a imagem real de Agustina e os traços que desde 1809 a instituíram como mito. Na tentativa de difundir acções que pudessem estimular os combatentes mantendo o alento dos que lutaram contra os invasores, a Junta de Sevilha punha em segundo plano as irmãs, mães e viúvas dos que tinham caído, e explorava assim a acção valorosa da jovem que enfrentara a *Grande Armée*. Se a bondade angélica da mãe e da esposa do soldado eram figuráveis como repositório das tradições familiares e nacionais, um novo papel na História mais geral e comum é atribuído a Agustina, como sinédoque de uma *nação em armas*, como emblema do heroísmo das mulheres espanholas e agente vital da mudança, factos reiteradamente divulgados pela imprensa anti-napoleónica coeva, e ampliados pela figuração iconográfica do escocês *Sir*



David Wilkie (1785-1841) depois da sua viagem a Espanha (“The Siege of Saragossa”, 1829).

Nas estâncias LIII a LX é visível a dificuldade de definição de papéis catapultados pelo contexto das lutas recentes: a guerreira, a um tempo sublime e racional, é celebrada porque toma a condição assertiva *do guerreiro*, suplantando-o. Mas o leitor esbarra na palavra “Yet”, no início da estância LVII: “Yet are Spain’s maids no race of Amazons”, e pára perante a vulnerabilidade que ela introduz – “*Amazonas não são da Hespanha as filhas*”. Esta ambivalência e indefinição entre a representação da figura-tipo nacional e o seu desgaste resulta também do facto de a recriação de Agustina se encontrar como que dividida por esse primeiro verso da estrofe LVII, que torna emergente a problematização das definições culturais de género, das práticas sociais daí decorrentes, e até das tentativas de recriação poética do que não é familiar através do que é restrito, fixo e já conhecido. “Yet” separa a admiração pelas esperadas acções masculinas, corajosas, heróicas e varonis, das figurações que espelham a visão conservadora relativa aos papéis femininos e aos estereótipos nacionais, que Byron revela à mãe numa carta enviada de Gibraltar de 11 de Agosto de 1809: “Spanish belles, [who] are, in general, very handsome, with large black eyes, and very fine forms” (Dalgado 93).

“Spain’s maids [are] no race of Amazons” provoca ambivalência entre o valor dos gestos patrióticos e a impulsividade de atitudes, ainda marginais, relativamente ao esperado comportamento feminino: as donzelas de Espanha são tidas como gentis, calorosas e belas, bem longe das pálidas beldades do Norte, malfeitas, frouxas, lânguidas e frias: “Who round the North for paler dames would seek?” (CHP, I, LVIII).

Como são afinal as filhas de Espanha, cujo porte decidido Byron não vislumbrou no espaço português? Da combinação inicial, polissémica e antitética, na qual se sublinhava a audácia masculina, parte Byron para um apaziguamento, que é simultaneamente contraditório e subjugado às necessidades da dicção poética nas referências às tradicionais graças feminis,



ao corpo padronizado, e ao estereótipo de beleza na exótica Espanha: em geral, as mulheres ou são feiticeiras que encantam, ou amazonas: “Amazons”; / “formed for all the witching arts of love”, mas as espanholas são simultaneamente celestes e varonis, combinando a firmeza e a delicadeza “[in] a tender fierceness of the dove” (*CHP*, I, LVII). Porém, as Guerras Napoleónicas tinham perturbado esse estreito modelo que Byron recupera, de cabelos em caracóis perfeitos e olhos negros que o véu mal escondia: “her long locks... foil the painter’s power, / Her fairy form, with more than female grace” (*CHP*, I, LV); pois é a acção, e não a passividade, o que transparece em “foil”; é a experiência, e não um ideal, o que sustenta a exaltação da jovem que em Saragoça ousou vencer o exército regular, substituindo o artilheiro morto, limpando a alma da peça com a lanada, e lançando a mecha para o disparo: “foiled by a woman’s hand, before a battered wall” (*CHP*, I, LVI).

3.

Na construção do mito da sedução e luxúria byronianas, repete-se que *Lady Liddell* terá dito à jovem filha ao ver o poeta-viandante atravessar a praça de São Pedro em Roma, em 1817: “Não olhe. Olhar para ele é perigoso” (Jones 161; 63), certa da provocação que a imagem sedutora daquele “demónio tentador” constituía.

Talvez esse perigo do início do século XIX, esse dar-se ao olhar que Daniel Radcliffe irá representar na tela, seja hoje claramente suplantado pela provocação que a amazona de Oitocentos representará para o espectador moderno, e que Natalia Tena encarnará no novo produto comercial, evocando, por metonímia, o desafio da cosmovisão romântica e o papel redentor da acção individual na História global.

¹ Segundo Francisco Lanuza Cano (89-92), Agustina terá nascido em Barcelona em 1786.

² Vd. “Canto the First”, *Childe Harold’s Pilgrimage. A Romaunt* (Byron 141-241). Abreviatura usada: *CHP*.

³ Vd. Byron 838. Abreviatura usada: *DJ*.



⁴ Byron 18. Em nota diz-se que o verso é a tradução quase literal de um provérbio espanhol; mas o editor do volume refere que se trata da adaptação de uma estância de *Diana*, de Jorge de Montemayor, que Robert Southey incluía em *Letters from Spain*. Na verdade, os versos existem na “*Letter VII*” – escrita em “Baneza, Saturday, Dec. 26” – na primeira edição desta obra (Southey 88): “Mira el Amor lo que ordena / Que os viene lazer creer / Cosas dichas por mujer, / Y escriptas en el arena”. Southey oferece a sua tradução: “And Love beheld us from his secret stand, / And mark’d his triumph, laughing, to behold me, / To see me trust a writing traced in sand, / To see me credit what a woman told me” (*idem*, 91).

⁵ “Preface to the first and second Cantos” (Byron 143), Londres, Fevereiro de 1812.

⁶ Vejam-se a este propósito a colectânea de Irene Castells, Gloria Espigado e María Cruz Romeo, *Heroínas e Patriotas. Mujeres de 1808*, a obra de Cecília Böhl de Faber *La Familia de Alvareda*, e o romance de 1859 da filha de Agustina, Carlota Cobo: *La ilustre heroína de Zaragoza o la célebre amazona de la Guerra de la Independencia*.

Obras Citadas

Byron, George Gordon, *Lord. The Poetical Works of Lord Byron. The Only Complete and Copyright Text in One Volume*. Edited, with a memoir, by Ernest Hartley Coleridge. London: John Murray, Albemarle Street, [1905] 1972.

Cano, Lanuza. *Agustina de Aragón*. Barcelona, Ediciones GP, 1960.

Castells, Irene, Gloria Espigado y María Cruz Romeo (coord.). *Heroínas Y Patriotas. Mujeres de 1808*. Madrid: Cátedra, 2009.

Colley, Linda. “Whose Nation? Class and National Consciousness in Britain 1750-1830”. *Past and Present*, n.º 113 (Nov. 1986): 97-117.

Dalgado, D. G. *Lord Byron’s Childe Harold’s Pilgrimage in Portugal. Critically Examined*. Lisboa: Academia das Ciencias, 1919.

Enders, Victoria Loree, and Pamela Beth Radcliff. *Constructing Spanish Womanhood: Female Identity in Modern Spain*. Albany, New York: State University Press of New York, 1998.

Iley, Matthew. *The Life, Writings, Opinions, and Times of the Right Hon. George Gordon Noel Byron, Lord Byron; Including, in its most extensive biography, anecdotes, and memoirs of the lives of the most eminent and eccentric, public and noble characters and courtiers of the present polished and enlightened Age and Court of His Majesty King George the Fourth. In the course of the Biography is also separately given, copious recollections of the lately*

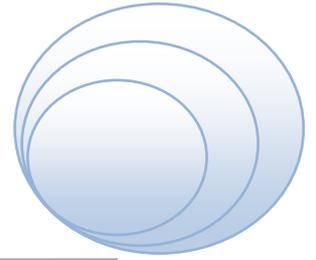


-
- destroyed MS. originally intended for posthumous publication, and entitled Memoirs of My Own Life and Times, by The Right Hon. Lord Byron. By an English Gentleman, in the Greek Military Service, and Comrade of His Lordship. Compiled from authentic Documents and from long personal Acquaintance. In two Volumes. Volume I. London: Somerset Street Portman Square, 1825.*
- Jones, Christine Kenyon, ed. *Byron. The Image of the Poet*. Illustrated edition. Delaware: UDP, 2008.
- Lovett, Gabriel H. *Napoleon and the Birth of the Modern Spain*. 2 vols. New York: New York Univ. Press, 1965.
- Peruga, Mónica Bolufer, dir. *Mujeres y Modernización; estrategias culturales y prácticas sociales (siglos XVIII-XX)*. Estudos. 104. Madrid: Ministerio de Igualdad, Instituto de la Mujer, 2008.
- Pinheiro, Francisco José. "A Peregrinação de Childe Harold. Poema de Lord Byron". *A Peregrinação de Childe Harold*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemment, 1863, 1-276.
- Saglia, Diego. "'O My Mother Spain!': The Peninsular War, Family Matters, and the Practice of Romantic Nation-Writing". *ELH*, n.º 65.2 (1998): 363-393.
- Samuels, Daniel G. "Critical Appreciations of Byron in Spain (1900-1929)". *Hispanic Review*, vol. 18, n.º 4 (Oct. 1950): 302-318.
- Sousa, Maria Leonor Machado de. "'Tempting Demon': The Portuguese Byron". *The Reception of Byron in Europe. Volume I: Southern Europe, France and Romania*. The Athole Critical Traditions Series. Ed. Richard A. Cardwell. London / New York: Thoemmes Continuum, 2005, 164-187.
- Southey, Robert. *Letters Written During a Short Residence in Spain and Portugal by Robert Southey. With Some Account of Spanish and Portuguese Poetry*. Bristol / London: Printed by Bulgin and Rosser, For Joseph Cottle, Bristol, And G. G. And J. Robinson, And Cadill And Davies, London, 1797.
- Tone, John Lawrence. "A Dangerous Amazon: Agustina, Zaragoza and the Spanish Revolutionary War, 1808-1814". *European History Quarterly*, vol. 37, n.º 4 (2007): 548-561.
- Vaughan, Charles Richard. *Narrative of the siege of Zaragoza*. London: James Ridgway, 1809.



Wu, Duncan. *Talking Pimples: Hazlitt and Byron in Love*. The Byron Foundation Lecture 2002. The Centre for the Study of Byron and Romanticism. Nottingham: UNP / SES, 2002.

Byron Nosso Contemporâneo: Uma Fantasia Ludita



Miguel Alarcão

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
da Universidade Nova de Lisboa | CETAPS

As perguntas de Byron, a que muitos ainda hoje chamariam retóricas,
ecoam infelizmente pelos nossos tempos dentro.

(Alves, *As Carroças da Subversão* 85)

Centenárias ou não, evocações como esta conduzem não raro ao “eterno retorno” de temas, factos e personagens que o tempo, esse heraclitiano escultor, tornou literalmente “históricos”. No caso de Byron (1788-1824), 2009 assinala os duzentos anos da sua fixação em Newstead Abbey,¹ no perímetro medievo da antiga floresta real de Sherwood, do ingresso na Câmara dos Lordes e da sua peregrinação lusitana, da “via sacra” lisboeta ao “glorioso Éden” sintrense. Porém, a par da historicidade do que – e de quem – se evoca, destes encontros podem também emergir actualidades e relevâncias, mais ou menos inesperadas, do evocado. Procuraremos testar esta ideia a partir dos depoimentos do bardo inglês sobre a questão ludita, que os saudosos Professores Fernando de Mello Moser (1927-1984)² e sobretudo Hélio Osvaldo Alves (1938-2003)³ ajudariam a resgatar, em

Citação: Alarcão, Miguel. “Byron Nosso Contemporâneo: Uma Fantasia Ludita”. *O Rebelde Aristocrata. Nos 200 Anos da Visita de Byron a Portugal*. Org. Maria Zulmira Castanheira e Miguel Alarcão. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies, 2010, pp. 68-84.



distintos momentos, da “enorme condescendência da posteridade”, na celeberrima expressão de E. P. Thompson.

O espaço disponível apenas permite uma caracterização genérica dos luditas, se tivermos em conta os mais de 720.000 *websites* e páginas existentes em meados de Junho de 2009. Assim, o termo engloba grupos activos entre, sobretudo, 1811 e 1813 (com um ou outro afloramento até 1816), período que inclui a fase final dos conflitos napoleónicos e pontuais recessões decorrentes de uma economia de guerra. O turbulento palco de uma Grã-Bretanha a braços com os efeitos e as consequências de um cruzamento de diferentes “revoluções” (agrícola, demográfica, tecnológica, industrial e romântica, com a francesa em tricolor pano de fundo) e onde o aumento de preço dos bens alimentares não achava correspondência no pagamento de jornas e salários, ajuda a enquadrar as motivações, as reivindicações e os anseios laborais dos luditas, bem como comportamentos e (re)acções defensivamente ancorados nas areias movediças de um mundo pré-industrial e pré-capitalista em vias de extinção.

Segundo P. W. J. Riley, “These machine wreckers were known as LUDDITES because they said their leader was Ned Ludd who lived in Sherwood Forest, but who Ned Ludd was, or whether there even was one, nobody knows” (182). Independentemente da existência e identidade, real ou pseudonímica, de Ned, também conhecido como *General*, *Captain* ou “*King*” Ludd, o facto de os luditas terem Sherwood como ponto de encontro convida ao estabelecimento de conexões e paralelismos com Robin Hood (Alarcão 326-331 *passim*), se bem que, e apesar de uma hipotética intencionalidade simbólica na escolha de Sherwood, não podemos acusar os luditas da caça furtiva de veados reais⁴ nem tão pouco envolvê-los nas alegadas políticas e práticas robinianas de redistribuição da riqueza, características de alguns “rebeldes primitivos” e “ladrões sociais” estudados por E. J. Hobsbawm. Isto não significa (nem impede) que o desejo de reposição de um *status quo* concebido como de maior equidade e justiça e manifestado em formas



directas e retaliatórias de contestação (não) possa aproximar Robin, Ned e os seus respectivos bandos.⁵

Como se sabe, a revolta dos artesãos do sector têxtil de Nottingham(shire),⁶ de base predominantemente oficinal, familiar e doméstica, contra uma mecanização nascente que permitia produzir e colocar no mercado, a mais baixo custo, maiores quantidades de produtos de qualidade inferior, traduzir-se-ia em ataques a fábricas ou fiações (*mills*) e na destruição de teares (*frames, looms*),⁷ de certo modo análoga à da maquinaria agrícola por Jack (ou “*Captain*”) Swing (1831).⁸ Este cenário de liberdade concorrencial (senão mesmo de liberalização económica, segundo Thompson) repercutir-se-ia nos volumes de vendas, receitas, lucros, perdas e danos, colocando constrangimentos e pressões sobre a mão-de-obra tradicional, alegadamente mais qualificada, e induzindo problemas reconhecíveis nos actuais quotidianos de globalização industrial, comercial e laboral: desemprego ou precariedade, congelamentos e contracções salariais, perda de poder de compra e qualidade de vida, falências, encerramentos, deslocalizações, etc. E se é certo que, no início do século XIX, a mecanização das sociedades não seria tão visível quanto hoje, as tensões entre o Homem e a Máquina, denunciadas, nas décadas seguintes, por Thomas Carlyle (1795-1881), John Ruskin (1819-1900) e William Morris (1834-1896), começavam já a fazer-se sentir; daí que, sem pretendermos resvalar para xenofobias, chauvinismos ou racismos preconceituosos, perigosos e primários, possa ser sugestivo imaginar como reagiriam os luditas perante o expansionismo “imperialista” da indústria e do comércio asiáticos, têxteis e não só, à escala global. Do mesmo modo, *mutatis mutandis*, poder-se-ia talvez equiparar a contestação de há dois séculos, numa Grã-Bretanha onde as *Combination Laws*, em vigor entre 1799 e 1824-25, cerceavam as liberdades de associação e expressão, ao duelo desigual e profundo que opõe o comércio tradicional aos hipermercados ou as pequenas e médias empresas às grandes cadeias multinacionais. De que lado estaria um “Byron nosso contemporâneo”? Nunca o saberemos... mas alguns dos seus escritos, pela consciência e



sensibilidade sociais e humanas de que dão mostras, convidam a uma reflexão, ainda e sempre actual, sobre as complexas (cor)relações entre liberalização(ões), liberalismo(s), liberdades... e Liberdade. “Ouçamos, pois, a voz do bardo” que, afinada pelo passado recente anglo-americano,⁹ assim via o presente e o futuro:

As the Liberty lads o'er the sea
Bought their freedom, and cheaply, with blood,
So we, boys, we
Will *die* fighting, or *live* free,
And down with all kings but King Ludd!

When the web that we weave is complete,
And the shuttle exchanged for the sword,
We will fling the winding sheet
O'er the despot at our feet,
And dye it deep in the gore he has pour'd.

Though black as his heart its hue,
Since his veins are corrupted to mud,
Yet this is the dew
Which the tree shall renew
Of Liberty, planted by Ludd! (Byron 101)

Deste texto de Dezembro de 1816,¹⁰ intitulado *Song for the Luddites*, transparecem, sem ambiguidade nem rebuço, as simpatias e empatias da (po)ética romântica para com figuras, tipos, causas e movimentos populares, marginais, perseguidos ou oprimidos, bem como os impulsos libertários, radicais e patrióticos que levariam até à Grécia o amigo de Shelley (1792-1822)¹¹ e Leigh Hunt (1784-1859). Porém, o compromisso de Byron com a causa ludita manifestar-se-ia logo em 1812 através de três documentos: a carta enviada a Lord Holland em 25 de Fevereiro (cf. Anexo I); *An Ode to the Framers of the Frame Bill*, publicada em 2 de Março no periódico *Morning Chronicle* (cf. Anexo II); e sobretudo o seu longo discurso de estreia na Câmara



dos Lordes, proferido aos 24 anos, em 27 de Fevereiro. É dessa intervenção, apaixonada e militante, que recordamos agora os seguintes excertos:

My Lords, – The subject now submitted to your Lordships ..., though new to the House, is by no means new to the country As a person in some degree connected with the suffering county, ... I must claim some portion of your ... indulgence, whilst I offer a few observations on a question in which I confess myself deeply interested.

To enter into any detail of the riots would be superfluous[;] the House is already aware that every outrage short of actual bloodshed has been perpetrated, and that the proprietors of the frames ... and all persons supposed to be connected with them, have been liable to insult and violence. During the short time I recently passed in Nottinghamshire, not twelve hours elapsed without some fresh act of violence; and on the day I left the county I was informed that forty frames had been broken the preceding evening, as usual, without resistance and without detection.

Such was then the state of that county, and such I have reason to believe it to be at this moment. But whilst these outrages must be admitted to exist to an alarming extent, it cannot be denied that they have arisen from circumstances of the most unparalleled distress: the perseverance of these miserable men ... tends to prove that nothing but absolute want could have driven a large, and once honest and industrious, body of the people, into the commission of excesses so hazardous to themselves, their families, and the community. At the time to which I allude, the town and county were burdened with large detachments of the military; the police was in motion, the magistrates assembled; yet all the movements, civil and military, led to – nothing. Not a single instance had occurred of the apprehension of any real delinquent ... against whom there existed legal evidence sufficient for conviction. But the police, however useless, were by no means idle: several notorious delinquents had been detected, – men, liable to conviction, on the clearest evidence, of the capital crime of poverty; men, who had been nefariously guilty of lawfully begetting ... children, whom, thanks to the times ... they were unable to maintain. Considerable injury has been done to the proprietors of the ... frames. These machines were to them an advantage, ... as they superseded the necessity of employing a number of workmen, who were left in consequence to starve. By the adoption of one ... frame in particular, one man performed the work of many, and the



superfluous labourers were thrown out of employment. Yet it is to be observed, that the work thus executed was inferior in quality; not marketable at home, and merely hurried over with a view to exportation. ... The rejected workmen ... conceived themselves to be sacrificed to improvements in mechanism. In the foolishness of their hearts they imagined that the maintenance and well-doing of the industrious poor were objects of greater consequence than the enrichment of a few individuals by any improvement ... which threw the workmen out of employment, and rendered the labourer unworthy of his hire. And ... although the adoption of ... machinery in that state of our commerce which the country once boasted might have been beneficial to the master without being detrimental to the servant; yet, in the present situation of our manufactures, rotting in warehouses, without a prospect of exportation, with the demand for work and workmen equally diminished, frames ... tend materially to aggravate the distress and discontent of the disappointed sufferers. But the real cause of these ... disturbances lies deeper. When we are told that these men are leagued together not only for the destruction of their own comfort, but of their very means of subsistence, can we forget that it is the bitter policy, the destructive warfare of the last eighteen years, which has destroyed their comfort, your comfort, all men's comfort? ... These men never destroyed their looms till they were become useless, worse than useless; ... actual impediments to their exertions in obtaining their daily bread. Can you, then, wonder that in times like these when bankruptcy, convicted fraud, and imputed felony are found in a station not far beneath that of your Lordships, the lowest, though once most useful portion of the people, should forget their duty ...? But while the exalted offender can find means to baffle the law, new capital punishments must be devised, new snares of death must be spread for the wretched mechanic, who is famished into guilt. These men were willing to dig, but the spade was in other hands: they were not ashamed to beg, but there was none to relieve them: their own means of subsistence were cut off, all other employments pre-occupied; and their excesses, however to be deplored and condemned, can hardly be subject of surprise.

... I did hope, that any measure proposed by his Majesty's government ... would have had [*sic*; had] conciliation for its basis; or, if that were hopeless, that some previous inquiry, some deliberation, would have been deemed requisite; not that we should have been called at once, without examination and without cause, to pass sentences by wholesale, and sign death-warrant, blindfold. But,



admitting that these men had no cause of complaint; that the grievances ... were ... groundless; that they deserved the worst; – what inefficiency, what imbecility has been evinced in the method chosen ...! ... Such marchings and countermarchings! – from Nottingham to Bullwell, from Bullwell to Banford, from Banford to Mansfield! And when at length the detachment, arrived at their destination, ... they came just in time to witness the mischief which had been done, and ascertain the escape of the perpetrators, to collect the ... fragments of broken frames, and return to their quarters amidst the derision of old women, and the hootings of children. Now, ... As the sword is the worst argument that can be used, so should it be the last. In this instance it has been the first; but ... as yet only in the scabbard. The present measure will ... pluck it from the sheath; yet bad [*sic*; had] proper meetings been held in the earlier stages ..., had the grievances of these men ... been fairly weighed and justly examined, I do think that means might have been devised to restore these workmen to their avocations, and tranquillity to the county. At present the county suffers from the double infliction of an idle military and a starving population. In what state of apathy have we been plunged so long, that now for the first time the House has been officially apprised of these disturbances? All this has been transacting within 130 miles of London; and yet we ... have sat down to enjoy our foreign triumphs in the midst of domestic calamity. But all the cities you have taken, all the armies which have retreated before your leaders, are but paltry subjects of self-congratulation, if your land divides against itself, and your dragoons and ... executioners must be let loose against your fellow-citizens. – You call these men a mob, desperate, dangerous, and ignorant; and seem to think that the only way ... is to lop off a few of its superfluous heads. But ... Are we aware of our obligations to a mob? It is the mob that labour in your fields and serve in your houses, – that man your navy, and recruit your army, – that have enabled you to defy all the world, and can also defy you when neglect and calamity have driven them to despair! You may call the people a mob; but do not forget that a mob too often speaks the sentiments of the people. And here I must remark, with what alacrity you are accustomed to fly to the succour of your distressed allies, leaving the distressed of your own country to the care of Providence or – the parish. When the Portuguese suffered under the retreat of the French, every arm was stretched out, every hand was opened, ... to enable them to rebuild ... their villages and replenish their granaries. And at this moment, when thousands of misguided but most unfortunate fellow-countrymen are struggling with the extremes of hardships and hunger, as your charity began abroad it should end at home. A much less sum, a tithe of the bounty bestowed on Portugal, ... would have rendered unnecessary the tender mercies of the bayonet and the



gibbet. But doubtless our friends have too many foreign claims to admit a prospect of domestic relief; ... I have traversed the seat of war in the Peninsula, I have been in some of the most oppressed provinces of Turkey; but never under the most despotic of infidel governments did I behold such squalid wretchedness as I have seen since my return in the very heart of a Christian country. And what are your remedies? After months of inaction, and months of action worse than inactivity, at length comes forth the ... never-failing nostrum of all state physicians After feeling the pulse and shaking the head over the patient, prescribing the usual course of warm water and bleeding, – the warm water of your mawkish police, and the lancers of your military, – these convulsions must terminate in death, the sure consummation of the prescriptions Setting aside the palpable injustice and the certain inefficiency of the Bill, are there not capital punishments sufficient in your statutes? Is there not blood enough upon your penal code, that more must be poured forth...? How will you carry the Bill into effect? Can you commit a whole county to their own prisons? Will you erect a gibbet in every field, and hang up men like scarecrows? or will you proceed ... by decimation? place the county under martial law? depopulate and lay waste all around you? ... restore Sherwood Forest as an acceptable gift to the crown, in its former condition of a royal chase and an asylum for outlaws? Are these the remedies for a starving and desperate populace? Will the famished wretch who has braved your bayonets be appalled by your gibbets? ... Will that which could not be effected by your grenadiers be accomplished by your executioners? If you proceed by the forms of law, where is your evidence? Those who have refused to impeach their accomplices when transportation ... was the punishment, will hardly be tempted to witness against them when death is the penalty. With all due deference to the noble lords opposite, I think a little investigation, some previous inquiry, would induce ... them to change their purpose. That most favourite state measure, ... temporising, would not be without its advantages in this. When a proposal is made to emancipate or relieve, you hesitate, you deliberate for years, you temporise and tamper with the minds of men; but a death-bill must be passed off-hand, without a thought of the consequences. Sure I am, from what I have heard, and ... seen, that to pass the Bill under all the existing circumstances, without inquiry, without deliberation, would only be to add injustice to irritation, and barbarity to neglect. The framers of such a bill must be content to inherit the honours of that ... law-giver whose edicts were said to be written not in ink but in blood. But suppose it passed; suppose one of these men, as I have seen them, – meagre with famine, sullen with despair, careless of a life which your Lordships are ... about to value at something less than the price of a stocking-frame; – suppose this man surrounded by the children for whom be



[sic; he] is unable to procure bread at the hazard of his existence, about to be torn for ever from a family which he lately supported in peaceful industry, and which it is not his fault that he can no longer so support; – suppose this man – and there are ten thousand such ... – dragged into court, to be tried for this new offence, by this new law; still, there are two things wanting to convict and condemn him and these are, in my opinion, – twelve butchers for a jury, and a Jeffreys for a judge! (Web. 31 Maio 2009 <<http://www.orion.it.luc.edu/~sjones1/byspeech.htm>>)

Não obstante esta ardorosa defesa de uma causa que Charlotte Brontë (1816-1855) ficcionalizaria em *Shirley* (1849), a proposta seria aprovada, dando origem à lei de destruição dos teares (*Frame Breaking Act*), promulgada em 5 de Março de 1812, e objecto de um estudo específico de Karly Walters (2004). No rescaldo dessa aprovação, bem como da instituição, pelo futuro George IV (1820-1830), de uma recompensa de 50 guinéus para quem fornecesse informações conducentes à captura dos prevaricadores (cf. Anexo III), “April was [is] the cruellest month (...) mixing memory and desire (...)”.¹² Com efeito, os ataques lançados nesse mês às fábricas de Rawfolds, em Brighouse, Yorkshire; Burton, em Middleton, próximo de Manchester; e Wray e Duncroff, em Westhoughton, Lancashire, bem como a subsequente repressão policial, judicial e penal,¹³ marcada por uma violência das forças da lei e da ordem que anuncia (e prenuncia) Peterloo (1819), sugerem que a Primavera do descontentamento ludita, na transição dos governos de Spenser Perceval (Outubro de 1809-Junho de 1812) para o de Robert Banks, *Lord* Liverpool (Junho de 1812-Abril de 1827), terá sido particularmente agitada. Urge, pois, reexaminar as razões da invisibilidade das campanhas e da filosofia luditas entre 1816 e o início da década de trinta, no sentido de apurar até que ponto ela poderá dever-se a uma dissolução, mais ou menos “natural” e “espontânea”, do movimento e das motivações originais; a um princípio de (re)solução dos problemas internos após a neutralização definitiva de Bonaparte (1815); a uma repressão tradicionalmente emblematizada em Peterloo; a uma maior abertura do governo de *Lord* Liverpool após a substituição, em 1822, de Robert Stewart, *Lord* Castlereagh (1769-1822) por



George Canning (1770-1827); à revogação das *Combination Laws* (1824-5), etc.

Como é óbvio, abraçar aqui tal projecto excederia todos os limites, pelo que concluiremos com Emrys Bryson:

When the ... poet died in 1824, ... his body was brought back to England immersed in 180 gallons of spirits. Denied burial by the Dean of Westminster, this 'notorious libertine' set off on the long, last ride to Nottinghamshire. For the first mile or two, the cortège ... was escorted out of London by a procession of fifty carriages. Most of them were empty. The 'best people', who years before had lionised him, stayed away. But Nottingham remembered. As the body lay ... in 'The Blackamoor's Head', the parish church bells tolled, masses of stockingers filed through the room in ... groups of twenty to pay their last respects to the aristocrat who had fought for them, and next day the mourners stretched for a quarter of a mile. (Bryson 139-140)

Como por vezes se diz, "A história repete-se" ...; ainda e sempre a mesma, mas também (e já) outra. No que toca aos "luditas portuguesas", resta-lhes aguardar ou descobrir o seu próprio "Lord Byron" – um rebelde com causa(s) –, seja ou não ele outro parlamentar poeta que de Alegre se fez triste.

ANEXO I: Carta a *Lord Holland* (25 Fev. 1812)

MY LORD, – With my best thanks, I have the honour to return the Notts. letter to your Lordship. I have read it with attention, but do not think I shall venture to avail myself of its contents, as my view of the question differs in some measure from Mr. Coldham's. I hope I do not wrong him, but his objections to the bill appear to me to be founded on certain apprehensions that he and his coadjutors might be mistaken for the "original advisers" (to quote him) of the measure. For my own part, I consider the manufacturers as a much injured body of men, sacrificed to the views of certain individuals who have enriched themselves by those practices which have deprived the frame-



workers of employment. For instance; – by the adoption of a certain kind of frame, one man performs the work of seven – six are thus thrown out of business. But it is to be observed that that work thus done is far inferior in quality, hardly marketable at home, and hurried over with a view to exportation. Surely, my Lord, however we may rejoice in any improvement in the arts which may be beneficial to mankind, we must not allow mankind to be sacrificed to improvements in mechanism. The maintenance and well-doing of the industrious poor is an object of greater consequence to the community than the enrichment of a few monopolists by any improvement in the implements of trade, which deprives the workman of his bread, and renders the labourer “unworthy of his hire.”

My own motive for opposing the bill is founded on its palpable injustice, and its certain inefficacy. I have seen the state of these miserable men, and it is a disgrace to a civilized country. Their excesses may be condemned, but cannot be the subject of wonder. The effect of the present bill would be to drive them into actual rebellion. The few words I shall venture to offer on Thursday will be founded upon these opinions formed from my own observations on the spot. By previous inquiry, I am convinced these men would have been restored to employment, and the country to tranquillity. It is, perhaps, not yet too late, and is surely worth the trial. It can never be too late to employ force in such circumstances. I believe your Lordship does not coincide with me entirely on this subject, and most cheerfully and sincerely shall I submit to your superior judgment and experience, and take some other line of argument against the bill, or be silent altogether, should you deem it more advisable. Condemning, as every one must condemn, the conduct of these wretches, I believe in the existence of grievances which call rather for pity than punishment. I have the honour to be, with great respect, my Lord, your Lordship’s

Most obedient and obliged servant,

BYRON.



P.S. – I am a little apprehensive that your Lordship will think me too lenient towards these men, and half a frame-breaker myself.

Fonte: <<http://www.orion.it.luc.edu/~sjones1/byrlett.htm>>

ANEXO II: “An Ode to the Framers of the Frame Bill” (*Morning Chronicle*, 2 Mar. 1812)

Oh well done Lord E---n! and better Lord R---r!
 Britannia must prosper with councils like yours;
 HAWKESBURY, HARROWBY, help you to guide her,
 Whose remedy only must *kill* ere it cures:
 Those villains, the Weavers, are all grown refractory,
 Asking some succour for Charity’s sake –
 So hang them in clusters round each Manufactory,
 That will at once put an end to *mistake*.

The rascals, perhaps, may betake them to robbing,
 The dogs to be sure have got nothing to eat –
 So if we can hang them for breaking a bobbin,
 ’Twill save all the Government’s money and meat:
 Men are more easily made than machinery –
 Stockings fetch better prices than lives –
 Gibbets on Sherwood will *heighten* the scenery,
 Showing how Commerce, *how* Liberty thrives!

Justice is now in pursuit of the wretches,
 Grenadiers, Volunteers, Bow-street Police,
 Twenty-two Regiments, a score of Jack Ketches,
 Three of the Quorum and two of the Peace;
 Some Lords, to be sure, would have summoned the Judges,
 To take their opinion, but that they ne’er shall,
 For LIVERPOOL such a concession begrudges,
 So now they’re condemned by *no Judges* at all.

Some folks for certain have thought it was shocking,
 When Famine appeals, and when Poverty groans,
 That life should be valued at less than a stocking,



And breaking of frames lead to breaking of bones.
 If it should prove so, I trust, by this token,
 (And who will refuse to partake in the hope?)
 That the frames of the fools may be first to be *broken*,
 Who, when asked for a *remedy*, sent down a *rope*.

Fonte: <<http://www.orion.it.luc.edu/~sjones1/byr2.htm>>

ANEXO III: Recompensa oferecida pelo Príncipe Regente, futuro George IV (1820-1830)



Fonte: “The Luddites”, in
 <<http://www.spartacus.schoolnet.co.uk/PRLuddites.htm>>



ANEXO IV: “Song for the Luddites” (carta a Thomas Moore, 24 Dec. 1816)

. . . Are you not near the Luddites? By the Lord! If there’s a row, but I’ll be among ye! How go on the weavers – the breakers of frames – the Lutherans of politics – the reformers?

As the Liberty lads o’er the sea
Bought their freedom, and cheaply, with blood,
So we, boys, we
Will *die* fighting, or *live* free,
And down with all kings but King Ludd!

When the web that we weave is complete,
And the shuttle exchanged for the sword,
We will fling the winding-sheet
O’er the despot at our feet,
And dye it deep in the gore he has pour’d.

Though black as his heart its hue,
Since his veins are corrupted to mud,
Yet this is the dew
Which the tree shall renew
Of Liberty, planted by Ludd!

There’s an amiable *chanson* for you – all impromptu. I have written it principally to shock your neighbour * *, who is all clergy and loyalty – mirth and innocence – milk and water. . . .

Fonte: <<http://www.orion.it.luc.edu/~sjones1/byr1.htm>>

¹ Nome da mansão senhorial propriedade da família desde o século XVI, após a dissolução henriquina das ordens religiosas, a “nacionalização” dos respectivos patrimónios imobiliários e a compra, por *Sir* John Byron, da antiga casa agostiniana.

² Em Junho de 2009, quando da apresentação original deste texto, ficámos, uma vez mais, devedores da gentileza do Professor Doutor João Flor, ao chamar-nos prévia e particularmente a atenção para a existência de um estudo do Professor Moser (403-416). Na verdade, desconhecíamos tal ensaio (mesmo possuindo a obra na qual ele



seria republicado), pelo que aqui deixamos publicamente lavrado o nosso agradecimento ao Professor João Flor.

³ Cf. *Razão e Direitos*, e sobretudo *As Carroças da Subversão* 77-96.

⁴ Apenas (o que já não é pouco...) de ameaças e ataques a pessoas e bens, com pelo menos um homicídio de permeio, o de William Horsfall (1812).

⁵ “A antiga tradição mágica de Nottingham . . . e . . . da sua floresta de Sherwood . . . recriara por breves e fulgurantes momentos os valores ancestrais do mítico Robin Hood e dos seus alegres companheiros, . . . para, passado . . . esse fugaz fulgor, levar os pobres, de novo e sempre, aos caminhos da desilusão, da negação da auto-estima, do abandono, do sofrimento, da revolta, da subversão.” (Alves, *Carroças* 96)

⁶ A partir de Nottinghamshire, bem como dos condados vizinhos de Derbyshire e Leicestershire, o movimento estender-se-ia rapidamente a outras zonas de Inglaterra, envolvendo matérias-primas como o algodão (Cheshire e Lancashire) e a lã (*West Riding* de Yorkshire).

⁷ Delito inicialmente punível com catorze anos de deportação, sendo esta sentença agravada para a pena de morte após a aprovação, em 1812, da lei de destruição dos teares (*Frame-Breaking Act*).

⁸ Em sentido cronologicamente retrógrado, teria interesse confrontar qualquer um destes movimentos (ou ambos) com os levantamentos populares da Baixa Idade Média inglesa, como a Revolta dos Camponeses (1381) e de Jack Cade (1450), e/ou europeia, da *Jacquerie* (1358) aos *Maillotins* (1382), passando pelos *Ciampi* (1378), etc.

⁹ “Even though an effigy of Thomas Paine, who had worked as a corset maker in Nottingham, was hanged and burned in 1793 ... Nottingham persisted in its right of free expression. At the height of frame-smashing, the *Nottingham Review* was remarkably outspoken in its defence of the Luddites. Its editor, Charles Sutton, was gaoled for a year in 1816 for publishing a letter ‘signed’ by General Ludd which reported that his son Ned was now whirling his hammer smashing presses, and pillaging in America with Government licence.” (Bryson 131)

¹⁰ Segundo se lê em <<http://www.orion.it.luc.edu/~sjones1/byr1.htm>>, este poema integrava uma carta a Thomas Moore (1779-1852), datada de 24.12.1816 (cf. Anexo IV).

¹¹ Ao integrar as tomadas de posição sobre os luditas no segundo (o político, mais precisamente) dos seus “Três Modos de Abordar Byron”, recorda-nos Fernando de Mello Moser: “... já foi defendido ... que foi Byron, e não Shelley, o verdadeiro revolucionário político entre os poetas românticos, tendo em vista os seus pontos de vista pragmáticos, demonstrados em Itália e na Grécia, assim como o testemunho dos seus Discursos Parlamentares ...” (Moser 408).

¹² T. S. Eliot (1888-1965), *The Waste Land*, 1922, I, vv. 1-3.

¹³ Embora os números variem por vezes, cf. as 8 sentenças de morte proferidas em Lancashire, as 15 execuções após um julgamento em série, realizado em York, e as 13 deportações para a Austrália.



Obras Citadas

- Alarcão, Miguel. *Príncipe dos Ladrões: Robin Hood na Cultura Inglesa (c.1377-1837)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, "Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas", 2001.
- Alves, Hélio Osvaldo. *Razão e Direitos (1789-1802)*, vol. I de *A Revolução Francesa em Inglaterra: as Ideias e os Textos*. Figueira da Foz: CEMAR, 1999.
- . *As Carroças da Subversão (1803-1822)*, vol. II de *A Revolução Francesa em Inglaterra: as Ideias e os Textos*. Figueira da Foz: CEMAR, 2002.
- Binfield, Kevin, ed. *Writings of the Luddites*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 2004.
- Bryson, Emrys. *Portrait of Nottingham*. 3rd ed. London: Robert Hale, 1983 (1974).
- Byron, Lord. *Poetical Works*. Ed. Frederick Page. Oxford: Oxford University Press, 1989 (1904).
- Hobsbawm, E. J. *Bandits*. 2nd ed. Harmondsworth: Penguin Books, 1985 (1969).
- . *Primitive Rebels. Studies in Archaic Forms of Social Movement in the 19th and 20th Centuries*. Manchester: Manchester University Press, 1978 (1959).
- McGuirk, Bernard. " 'Robin Hood Revisited' ". Hélio Osvaldo Alves *In Memoriam*". Hélio Osvaldo Alves. *O Guardador de Rios*. Org. Joanne Paisana. Braga: Universidade do Minho / Centro de Estudos Humanísticos, "Poliedro", n.º 16, 2005: 201-205.
- Moser, Fernando de Mello. "Três Modos de Abordar Byron". *Dilecta Britannia. Ensaios de Cultura Inglesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Serviço de Educação e Bolsas, 2004: 403-416.
- Pynchon, Thomas, "Is it O. K. to be a Luddite?" *The New York Times Book Review* (18 Oct. 1984), 1 e 40-41. Web. 30.05.2009 <http://www.themodernworld.com/Pynchon/pynchon_essays_luddite.html>.
- Riley, P. W. J. *A Social and Economic History of Britain*. London: G. Bell and Sons, 1965.
- Walters, Karly. "Law, 'Terror', and the Frame Breaking Act". n.p., n.d. Web. 07.06.2009 <<http://www.ehs.org.uk/ehs/conference2004/assets/walters.doc>>.



“What is a Luddite?” *Multimedia on the Internet*. Ed. Dr. Steve Anderson. n.d. Web. 31.05.2009 <<http://www.usu.edu/sanderso/multinet/lud1.html>>.

“The Luddites”. www.learningcurve.gov.uk. n.d., n.p. Web. 31.05.2009 <<http://www.spartacus.schoolnet.co.uk/PRLuddites.htm>>.

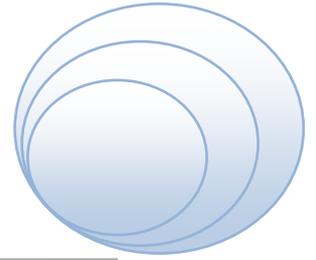
<<http://www.orion.it.luc.edu/~sjones1/byr1.htm>> n.d., n.p. Web. 31.05.2009.

<<http://www.orion.it.luc.edu/~sjones1/byrlett.htm>> n.d., n.p. Web. 31.05.2009.

<<http://www.orion.it.luc.edu/~sjones1/byr2.htm>> n.d., n.p. Web. 31.05.2009.

<<http://www.orion.it.luc.edu/~sjones1/byspeech.htm>> n.d., n.p. Web. 31.05.2009.

O Childe Harold do Nosso Descontentamento



Manuel Filipe Canaveira

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
da Universidade Nova de Lisboa | CETAPS

De *Lord Byron* e da sua obra somos levados a pensar, quando “compelidos” a escrever sobre ambos, que já muito se disse e escreveu e, por isso, não seremos nós, leigos na matéria, quem trará alguma novidade que possa realmente interessar à numerosa e já quase bicentenária *coorte* byroniana. Subitamente, porém, descortinamos no rodapé da obra de um insigne escritor português da segunda metade do século XX um texto que, afinal, merece alguma atenção e talvez justifique o nosso interesse.

Para sermos justos, estas linhas têm muito mais a ver com o Estado Novo declinante e a madrugada da revolução do 25 de Abril do que com o inditoso *Lord Byron*, que, nas vésperas de talvez poder cingir a coroa dos helenos, morreu de uma sepsia provocada por negligência médica. Na verdade, no texto literário em jeito de guião televisivo que David Mourão-Ferreira dedica ao *corifeu* da poesia romântica oitocentista inglesa (pelo menos para nós Portugueses, pois para os Britânicos a disputa pela chefia desse “coro” poético conta com outros competidores de peso: Wordsworth, Coleridge, Shelley e Keats), Byron é, por conseguinte, um pretexto para festejar a Liberdade finalmente recuperada, depois de tantos anos e sacrifício

Citação: Canaveira, Manuel Filipe. “O Childe Harold do Nosso Descontentamento”. *O Rebelde Aristocrata. Nos 200 Anos da Visita de Byron a Portugal*. Org. Maria Zulmira Castanheira e Miguel Alarcão. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies, 2010, pp. 85-100.



de alguns, pelo povo português. Em *Byron e o Amor da Liberdade*, o “Amor Feliz” que David Mourão-Ferreira pretende abraçar é a liberdade política e cívica, e não tanto as vicissitudes da vida desse herói anti-herói que *Lord Byron* tão bem soube cultivar, para gáudio e desespero de quem com ele privou.

Numa *era* em que a televisão incluía programas culturais no *prime-time* (conceito, aliás, então ainda incipiente), as *Imagens da Poesia Europeia* tinham o seu público fiel, à semelhança de *O Tempo e a Alma* de José Hermano Saraiva ou do *Se Bem me Lembro* de Vitorino Nemésio. O propósito do programa era realizar – em “ambiente” erudito (estante com livros, cachimbo pousado sobre a secretária junto a um livro aberto...) – o percurso histórico da poesia europeia desde a Antiguidade Grega até à Actualidade, pelo menos como ela era entendida durante o Estado Novo, ou seja, os limites cronológicos ficavam-se pelo século XIX ou, na hipótese mais arrojada, pelo dealbar do século XX, porque depois disso, para os censores do regime, a eventualidade de a *acção política* se sobrepor à cultura académica era um risco que o regime – a *Primavera Marcelista* já se esfumara de todo – não desejava correr. Seja como for, o último programa a ser escrito foi dedicado a *Lord Byron* (não averiguámos se chegou ou não a ser emitido), que o apresentador considerava ser *o mais espectacular dos três grandes vultos da segunda “fornada” do Romantismo inglês*, como se lê no roteiro do programa, sabendo nós que David Mourão-Ferreira ponderava dedicar no futuro um programa a Shelley, poeta que, conforme confessa, lhe merecia maior admiração que Byron. A sua vontade de não ficar por ali era, pois, inquestionável. Logo no início do texto, informa o telespectador de que *gostaria de profundamente remodelar em breve* o programa, mas o certo é que não o fez e a explicação para o facto é, sem dúvida, a ocorrência do 25 de Abril de 1974, que teve lugar poucos dias depois do centésimo quinquagésimo aniversário da morte de *Lord Byron* (19 de Abril de 1824). É aliás este facto fortuito, em relação ao planeamento prévio do ciclo de programas *Imagens da Poesia Europeia*, que confere a este último texto do roteiro de David



Mourão-Ferreira um interesse que, a nosso ver, justifica o presente artigo. Na verdade, se na madrugada enevoadada daquela inolvidável Quinta-Feira os carros de combate tivessem ficado nos quartéis, como sucedera nos dias e anos anteriores, bem se pode dizer que o programa sobre Byron seria decerto diferente, pois não seria verosímil que David Mourão-Ferreira transformasse as invectivas dirigidas à rusticidade dos portugueses pelo jovem Childe Harold (um decalque do melancólico e desiludido George Gordon) numa espécie de merecido castigo por tudo aquilo que de facto fôramos e de algum modo ainda éramos na véspera desse dia que nos devolvera aquela mesma Liberdade (veja-se a vinheta *Liberdade em Byron*) pela qual *Lord Byron* tanto lutara, ao ponto de sacrificar a própria vida:

O primeiro canto do poema reveste-se, para nós outros, Portugueses, de um interesse muito especial, visto que nele Byron (ou Haroldo?) refere as suas impressões de Portugal, onde efectivamente o poeta esteve em 1809; e, como se sabe, as suas impressões

sobre a paisagem são excelentes, mas extremamente negativas acerca dos habitantes.

<i>Liberdade em Byron</i>	
<p><i>Sopro eterno da alma sem cadeias nenbumas, Liberdade!, no cárcere é que tu melhor brilhas. Os corações dos homens — teu único refúgio — São apenas cativos do'amor que te dedicam</i></p> <p><i>Quando vês os teus filhos ao ferro acorrentados, Por entre a sombra espessa das húmidas masmorras, Sabes que esse martírio traz a vitória à Pátria E nas asas dos ventos a glória te coroa!</i></p>	<p><i>Imagens da Poesia Europeia, vol. II, p. 422</i></p>

Mas, a este respeito, recorde-se – como sublinhou Jorge de Sena – que Portugal visitava ele: a corte fugida no Rio de Janeiro, o país ocupado pelas tropas inglesas e devastado pelas invasões francesas, e com o

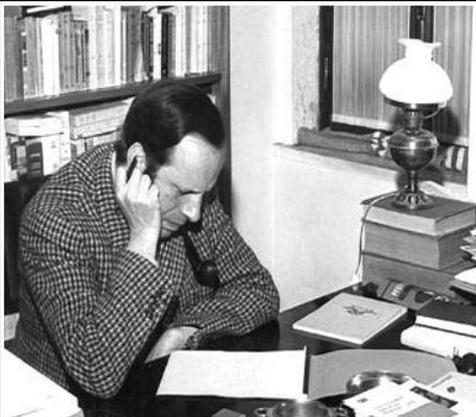


Antigo Regime ferreamente mantido”. Por conseguinte, longe estava Lord Byron de prever, nessa altura em que nos visitou, que Portugal ressurgiria, pouco mais de dez anos depois, com o triunfo das ideias liberais. Por isso mesmo, o quadro que ele então traçou dos Portugueses – com tudo o que tem de negativo – deve principalmente entender-se (e bem conhecemos todos semelhante imagem) como a imagem apenas do que o nosso país é – ou pode parecer – nos funestos períodos em que se vê privado das liberdades essenciais. E, como tal, creio que constitui, hoje mais do que nunca – uma seríssima advertência a que evitemos, a todo o transe, a possibilidade de voltarmos a cair nos erros passados. (Mourão-Ferreira 420)

A natureza intrinsecamente política desta advertência é manifesta. A menção às *liberdades essenciais* e, sobretudo, a alusão ao ressurgimento pátrio com o *triunfo das ideias liberais* após a Revolução de 1820, indica claramente que a preocupação maior de David Mourão-Ferreira, no momento em que escreve sobre *Lord Byron*, não é dar a conhecer aos telespectadores as opiniões do afectado Childe Harold acerca dos portugueses de Oitocentos, mas sim manifestar a sua inquietação pela conjuntura política que se verifica no país naquela ocasião. Tal concessão ao combate político-ideológico num tradicional programa cultural de cariz histórico-literário só é justificável se atendermos às condições excepcionais do momento histórico português no biénio de 1974-1975 (o chamado PREC), o qual, e David Mourão-Ferreira já estava bem ciente do facto logo nas primeiras semanas após o 25 de Abril, passou a exigir uma outra abordagem da poesia, diversa daquela que até então, noutra *status quo* político e social, lhe fora “permitido / tolerado” realizar em televisão (veja-se a vinheta *Grande momento histórico*).



Sabemos que o texto do programa dedicado a Byron foi escrito entre Maio e inícios de Julho, pois, no final do texto, David Mourão-Ferreira diz-nos que a Grécia – *outro grande pequeno povo europeu* por cuja independência Byron deu a própria vida, conforme sublinha – ainda *se encontra sob uma inumana e férrea*



Grande momento Histórico

Além disso, no grande momento histórico que atravessamos, outras serão, naturalmente, para além destas, as formas de poesia ou as perspectivas sobre poesia, que mais interessa difundir. Quanto a mim, gostosamente me limitarei, neste momento, a recordar ou a reiterar o que este programa sempre constituiu para mim: apenas mais um meio, entre tantos outros, de divulgar poesia de várias épocas e de vários povos, sem preconceitos de nenhuma espécie; apenas mais um meio, entre tantos outros, de tentar comunicar o gosto pela poesia, de tentar transmitir em suma — através de traduções de poesia — a exaltante e maravilhosa diversidade de vozes livres que se têm exprimido em outros idiomas. E, sob esse aspecto, este programa foi — tem sido — apenas um episódio numa actividade muito mais ampla, que de longe o transcende.

Roteiro *Antologia da Primavera*, in *Imagens da Poesia Europeia*, vol. II, p. 395

ditadura (Mourão-Ferreira 422). Ora, a queda do ominoso regime dos coronéis deu-se em 15 de Julho de 1974 (desembarque de tropas turcas no norte de Chipre) e, assim sendo, o breve período indicado é irrefutável e deveras importante de ser determinado, porque nos permite perceber que David Mourão-Ferreira, na altura director do vespertino lisboeta *A Capital*, antevia já – no exórdio do PREC, assinala-se – a radicalização política que se seguiu ao 28 de Setembro de 1974 e que atingiria o seu auge entre o 11 de Março e o 25 de Novembro de 1975.

São esses os perigos que pretende esconjurar, servindo-se, para o efeito, de Childe Harold, esse menino mimado gerado pelo espírito irrequieto do sexto Barão de Byron. Vistas bem as coisas, o Gordon / Harold que se



LORD BYRON

com 15 anos (1803), seis anos antes de visitar Portugal.

CHILDE

The title comes from the term *childe*, a medieval title for a young man who was a candidate for knighthood.



permite *discretar* sobre o temperamento dos portugueses não passa de um jovem petulante (tinha vinte e um anos em 1809) que talvez merecesse as bordoadas que o ofendido articulista de *O Espectador Português* reservava em 1816 ao alemão Heinrich Friedrich Link por ele ter feito considerações menos elegantes sobre a idiosincrasia das gentes lusitanas:

Os mesmos insaciáveis livreiros dizem que nunca venderam mais livros: parece que o estudo da moda, é correr rapidamente um grande número de volumes; parecem-me estes viajantes ricos que saem de Inglaterra a galopar pelo mundo, correndo seca, e Meca; nem conhecem os costumes dos povos, nem aprendem as suas leis. Como um tal Linckzinho que andou aqui pela nossa terra, homem que eu tomara cá pilhar outra vez, que eu o faria lembrar melhor do que viu enquanto lhe lembrassem as costelas despedaçadas, cada página dos três volumes é uma feira de mentiras. (*Espectador Português*, n.º 24, 1816)

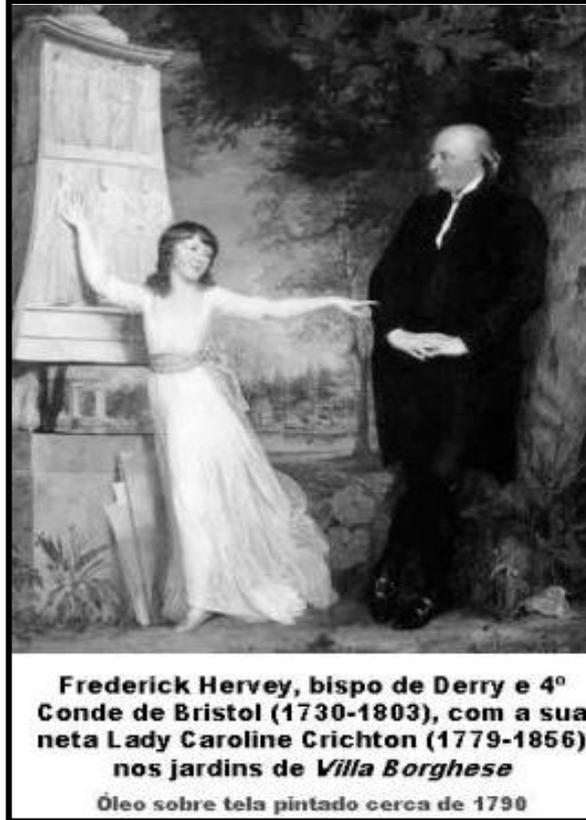
Era precisamente esse o grande defeito de muitos aristocratas do *Grand Tour*. Na verdade, a esmerada educação aristocrática dos finais do século XVIII, de inspiração iluminista, criou na elite social europeia, mormente na inglesa – onde a aristocracia não sentia tanto o freio da autoridade pública (porque era ela o *Estado* e não o monarca; ver Anexo 1) –, alguns “monstros” egocêntricos dominados pelo “orgulho e preconceito” (ver Anexo 2). Há dias, observando demoradamente um belo quadro de Hugh Douglas Hamilton (1740-1808) existente na Galeria Nacional da Irlanda (Dublin), dei comigo a pensar sobre esses jovens filhos da oligarquia protestante irlandesa (fiéis servidores do poder quasi-colonial da coroa britânica na “ilha do lado”) que iam a Roma brincar entre as ruínas da Antiguidade Clássica, enquanto as crianças católicas, esfomeadas, trabalhavam de sol a sol ao lado dos seus pais. Quantos “mundos” deveriam achar esses adolescentes ricos que os separava dos paupérrimos camponeses (ver Anexo 3)? Seriam decerto incontáveis e,



por isso, viviam noutra universo, sem sequer serem molestados por uma consciência social – utópica ou filantrópica, ao menos – que só apareceu com o conde de Saint-Simon, Proudhon, Dickens ou Owen (ver Anexo 4).

Vistas as coisas sob este prisma, talvez se perceba melhor a definição que os próprios críticos literários nos dão do herói byroniano:

Often the Byronic hero is moody by nature or passionate about a particular issue. He also has emotional and intellectual



capacities, which are superior to the average man. These heightened abilities force the Byronic hero to be arrogant, confident, abnormally sensitive, and extremely conscious of himself. Sometimes, this is to the point of nihilism resulting in his rebellion against life itself. In one form or another, he rejects the values and moral codes of society and because of this he is often unrepentant by society's standards. Often the Byronic hero is characterized by a guilty memory of some unnamed sexual crime. Due to these characteristics, the Byronic hero is often a figure of repulsion, as well as fascination. <<http://www.umd.umich.edu/casl/hum/eng/classes/434/charweb/CHARACTE.htm>>



É melhor parar por aqui, ou arrisco-me a imitar David Mourão-Ferreira e, em vez de escrever sobre um programa televisivo dedicado a Byron escrito em 1974, disserto sobre 1809 a pensar na crise social de 2009. Não é esse o objectivo deste artigo, como é evidente, mas, e isso ainda é *mais evidente*, não há meio de escapar à maldição benjaminiana de perscrutar no passado aquilo que nos importa – neste caso, *aflige* – agora (ver Anexo 5).

E o que nos atormenta nos dias que correm não é o perigo de os excessos revolucionários jugularem a *Liberdade*, mas sim o de os novos “heróis” renascidos da especulação que ditou a crise financeira recente aproveitarem a crise económica actual para reverterem o pouco de *Igualdade* social e o quase nada de *Fraternidade* humana alcançados em dois séculos à custa de duras lutas e conflitos hediondos.

ANEXO 1

To say English political and legal institutions favoured the propertied and privileged is truistic. More significantly, they formed a suit of legal armour protecting and empowering the already independently weighty body of the propertied, particularly in the localities. Georgian England had no autonomous absolutist centralised “state”, staffed by a distinct *Stand* of bureaucrats, cutting across their interests – that was exactly what the landed orders had quashed in the previous century. Yet precisely because the “state” as an independent being had been attenuated, it was possible for divers groups to use public institutions such as the law for various own ends, and also for new bodies (as in local government) to remained piecemeal and dispersed, allegiances in flux. While parish control could be oppressive, the eighteenth-century central state was lax, a beanfeast to those in power, more than a tyrant lash upon the backs of the ruled. Its more grievous exaction was



taxation, and since England's productive classes were multiplying and wealth was increasing, this was a burden the grumbling hive could bear.

(Porter 134)

ANEXO 2

Few people seem to realise how charming and peculiar the Age of Scandal was. We have to dismiss so much from our minds before we can crawl inside theirs: before we can picture the powdered gentlemen in silks and laces, with their jewellery and the swords which they were ready to draw, with their sedan chairs and lap-dogs and immense bets and deep potations. One of the commonest words about male clothes, in the letters of the reprobate Duke of Queensberry, was 'pretty'. One of his presents to the Prince Regent was a muff. Among the commonest *reactions* from readers and playgoers was that of tears. They adored their dogs and sent them tender messages in their letters. They were emotional about their friends, catty about their enemies, unusual in their hobbies and singular in themselves. They were perhaps the first people in English literature to be real enough for gossip.

(White 26)

The learned, elegant, but at the same time vigorous attitude to every facet of life had been shadowed forth by the gossips and cranks like Lord Hervey under the earlier Georges: it reached its height with Walpole: and persisted at least during the lifetime of Lord Byron – a Lord, incidentally, who sorts rather oddly with the "Romantics" to whom he is usually assigned – whose *forte* was on the contrary in satire, whose letters were among the best of his works, who detested the shoddy raptures of Keats, who said of Horace Walpole, "my aristocracy, which is very fierce, makes him a favourite of mine"



Mearns, intitulada *The Bitter Cry of Outcast London: An Inquiry into the Condition of the Abject Poor*.

<http://www.archive.org/stream/bittercryofoutca00pres#page/n3/mode/2up>

ANEXO 5

No decurso da exposição oral deste artigo no colóquio comemorativo do bicentenário da visita de *Lord Byron* a Portugal surgiu, durante o debate que se seguiu à comunicação, a dúvida se eu não estaria a desconsiderar David Mourão-Ferreira enquanto divulgador de temas literários ao afirmar que ele, neste seu programa, tomara como pretexto a obra de Byron para fazer “propaganda” política, o que não seria muito curial para um intelectual da sua estatura, embora seja certo que muitos, nesses anos de 1974-1976, com igual prestígio literário, se prestaram a desvarios dos quais depois se arrependeram publicamente ou, “prudentemente”, calaram.

Mas não é esse o caso. Longe de mim a intenção de fazer julgamentos precipitados sobre pessoas que viveram uma época de súbitas mudanças de “ser” e de “vontades” nem sempre fáceis de assimilar pelas nossas mentes inquietas.

O objectivo primacial deste pequeno ensaio é, por conseguinte, não o de julgar quem quer que seja, mas sim demonstrar, uma vez mais, que o passado histórico é sempre descrito pelo observador em função das suas interrogações no presente. No decurso da nossa vida, as transformações sociais, económicas e culturais por que passamos, bem como as sucessivas visões do futuro que ela nos dá, mudam constantemente o questionário a que submetemos o *Passado Histórico*. No PREC buscavam-se nesse passado as incidências da “realidade histórica” que as ideologias em confronto buscavam para se legitimarem a si próprias e deslegitimarem as rivais; hoje faz-se o



– and the destruction of whose memoirs, by the pseudo-poet Moore, was one of the major tragedies of anecdotal literature.

(*Ibidem* 41; ver Anexo 6)

Another way of learning to meet the undoubtable ills of life was by pugilism. The snob Byron was proud to be seen in the company of a great boxer, Gentleman Jackson, his “old friend and corporeal pastor and master”, who had taught him the noble art. The respect paid to his fighter was sufficient to astonish Moore. Jackson’s claims to fame were that he could lift 10 ¼ hundred weight, could sign his name with an eighty-four poundweight tied to his little finger, and that he had been employed as bodyguard at the coronation of Florizel, with eighteen other prizefighters dressed as pages.

(*Ibidem* 83-84)

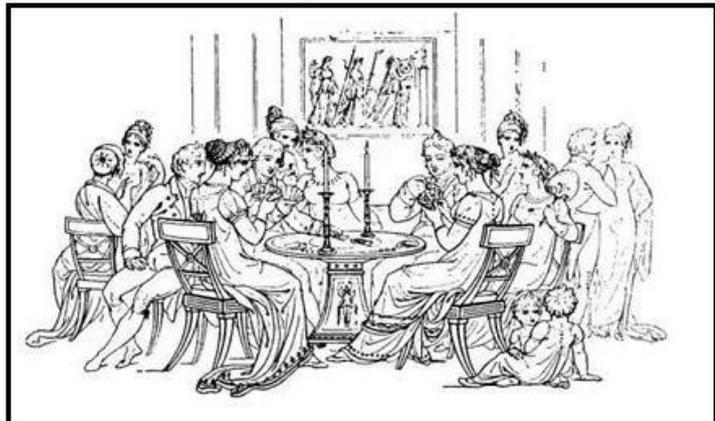
In the Age of Scandal the eminent *frisson* was incest. Horace Walpole wrote a book about it: Byron was thought to have committed it and so was Franklin: in *Vathek* there was a suppressed chapter concerning it: de Sade of course investigated it: the bluestockings spoke of it with bated breath: Shelley wrote a play about it, and a sister of the great Lord Chatham was notorious for this peccadillo.

(*Ibidem* 213)

ANEXO 3

The Georgian age did not witness any dramatic transformation of the social structure, rather a gradual

Industry and Idleness





change. Several groups swelled in importance – especially the capital-deploying trading classes and the proletarianised poor – but the league table of wealth and status, headed by great landowners, was much the same in 1800 as a century earlier. The complex fabric, in which social power was compounded of many factors, including family, clientage, privilege, inheritance, status, occupation, and regional, political and religious connections, had by no means boiled down by 1800 into a society where clear-cut class armies glowered at each other across industrial battlefields. So long as landowning remained profitable as well as prestigious, there was no prospect of upset at the top; below, so long as mass concentrations of workers remained highly exceptional and the Poor Law regulated rural society, there was no imminent threat to stability. Limited access to upward mobility and the rise in tandem of aggregate wealth and social pretensions ensured that the social order neither collapsed nor was overthrown.

(Porter 93)

ANEXO 4

Essa consciência chegou, aliás, bem tardiamente, quando os efeitos devastadores da miséria urbana na Inglaterra da segunda metade de oitocentos já atingira proporções inimagináveis para qualquer ingênuo entusiasta da virtuosidade do *equilíbrio de poderes* e dos efeitos da *rivalidade comercial* de inspiração humeana. A *mão invisível* de Adam Smith funcionou, afinal, de forma bem perversa; à *Riqueza das Nações* opunha-se a *Pobreza dos Povos*, ou, numa visão mais empírica, a *Riqueza da Nação inglesa* contrastava com o infortúnio de galeses, irlandeses, escoceses e ingleses recém-chegados a Londres e amontoados em condições infra-humanas no *East End*, como no-lo mostra uma pungente descrição datada de 1883 da autoria do Rev. Andrew



mesmo, mas buscam-se nos tempos idos outras realidades, até há pouco esquecidas ou subalternizadas.

Esse facto em nada retira cientificidade à História. Os factos históricos estão devidamente atestados por uma metodologia adequada e, nos termos que hoje usamos (os quais na sua maioria não me seduzem, talvez por se terem tornado *clichés*), podemos afirmar estarem devidamente *certificados* pelas várias ciências auxiliares da História.

Mas a História não é apenas, em meu entender, um exercício heurístico e hermenêutico, embora sejam essas actividades do intelecto que lhe conferem o rigor científico possível. Na verdade, é imperioso considerar o valor historiográfico intrínseco das correntes históricas que, em boa parte, são tributárias de um âmbito de reflexão sobre o significado da História que a generalidade dos historiadores tendem a desdenhar; refiro-me à *Teoria da História*, que, no fundo, é quase só Filosofia da História.

É nesse plano que nos devemos colocar para avaliar a atitude de David Mourão-Ferreira, que, não sendo historiador mas sim crítico literário, possuía neste domínio vantagens evidentes sobre os historiadores “encartados”, porque os estudos literários são mais sensíveis à questão da consciência histórica individual de inspiração proustiana.

A ressurreição do passado no presente, objectivo primeiro do historiador profissional, fá-lo por vezes minimizar algo que influi de forma determinante no seu discurso historiográfico, que é a consciência do Hoje; ou seja, essa confluência das memórias das gerações passadas que é reelaborada pela sua própria geração, também ela detentora da sua memória histórica.

Esta *actualização do Passado e do Futuro*, feita no *Presente* (as três dimensões do Tempo Histórico), é necessariamente política e, por esse motivo, como intuiu Walter Benjamin, é objecto de uma escolha em que o historiador “salva do esquecimento”, em função dos seus objectivos pessoais e condicionalismos sociais e culturais, factos históricos antes esquecidos ou menosprezados mas que, à “luz do seu presente”, adquirem novo significado e importância. (Vd. Mosés 201-263.)



É neste plano que deveremos avaliar o programa televisivo de David Mourão-Ferreira sobre Byron e a Liberdade.

ANEXO 6

Não foi a arraia-miúda portuguesa a única a sofrer os motejos do jovem Byron. Os “insultos” e frases jocosas foram distribuídos a eito por este *dandy* romântico totalmente identificado com o ambiente mexeriqueiro reinante na alta sociedade da *Regência*. Não perdoou sequer o defunto William Pitt, para o qual compôs o seguinte epitáfio: “With death doomed to grapple / Beneath this cold slab, he / Who lied in the Chapel / Now lies in the Abbey” (McPhee I, 22).

John Keats mereceu-lhe a seguinte diatribe: “Here are Jonny Keats’ piss-a-bed poetry, and three novels by God knows whom ... No more Keats, I entreat: flay him alive; if some of you don’t I must skin him myself: there is no bearing the drivelling idiotism of Mankind” (*ibidem* 53-54). Mas talvez não fosse Keats o problema de Byron, mas sim o seu afectado hipercriticismo, pois só assim se entende que se tenha tornado o cavaleiro andante da sua memória quando a viu ultrajada no *Quarterly*: “Who killed John Keats? / ‘I’, says the Quarterly, / So savage and Tartarly; / ‘Twas one of my feats” (*ibidem* 55).

O *Bumper Book of Insults* colige ainda mais algumas tiradas do género, contra Wordsworth, William Cobbett, Castlereagh e, até, o *Founding Father* John Adams (2.º Presidente dos EUA). Contudo, a reputação do *gentleman* Byron também sofreu os seus remoques, como o do seu contemporâneo Walter Savage Landor, crítico irascível que, neste caso, não deixou de dar, com refinada maldade, um tiro certo: “Byron dealt chiefly in felt and furbelow, wavy Damascus daggers, and pocket pistols studded with paste. He threw out frequent and brilliant sparks, but his fire burnt to no purpose; it



blazed furiously when it caught muslin, and it hurried many a pretty wearer into an untimely blanket” (*ibidem* II, 83).

Mas a melhor definição saiu da pena de um vindouro, Max Beerbohm: “Byron! – he would be all forgotten today if he had lived to be a florid old gentleman with iron-grey whiskers, writing very long, very able letters to *The Times* about the Repeal of the Corn Laws” (*ibidem* I, 57).

Com efeito, esse “velho Byron”, caso tivesse existido, teria pouco a ver com o garboso herói clássico retratado por Bartolini em 1822.



BYRON

Busto de mármore esculpido por Lorenzo Bartolini (1822)

National Portrait Gallery - Londres



Obras citadas

McPhee, Nancy. *The Bumper Book of Insults*. London: Chancellor Press, 1993,
2 vols.

Mosés, Stéphane. *L'Ange de l'Histoire*. Paris: Gallimard, 2006.

Mourão-Ferreira, David. "Imagens da Poesia Europeia – II. Roteiro dos
programas de televisão da autoria de David Mourão-Ferreira",
Colóquio-Letras, n.º 168/169, Julho-Dezembro 2004.

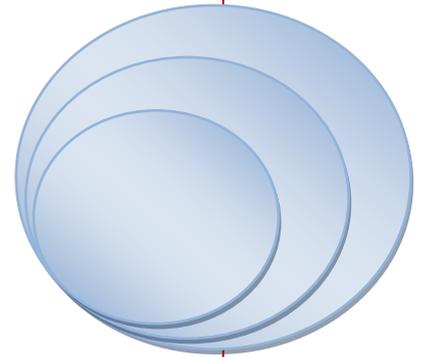
O Espectador Português. Jornal de Literatura, e de Crítica. Lisboa: Ed.
Impressão Alcoba, 1816.

Porter, Roy. *England in the Eighteenth Century*. London: Folio Society, 1998.

White, T. H. *The Age of Scandal*. London: Folio Society, 1993.

<[http://www.umd.umich.edu/casl/hum/eng/classes/434/charweb/CHARACT
E.htm](http://www.umd.umich.edu/casl/hum/eng/classes/434/charweb/CHARACT
E.htm)>

<[http://www.archive.org/stream/bittercryofoutca00pres#page/n3/mode/
2up](http://www.archive.org/stream/bittercryofoutca00pres#page/n3/mode/
2up)>



Anexo

Poster e Programa da

Jornada Byroniana de 18 de Junho de 2009

Design gráfico:

Gonçalo Macedo Leal

JORNADA BYRONIANA
(Nos 200 Anos da Visita de Byron a Portugal)

FCSH - UNL

18 de Junho de 2009

10:00H-18:00H

Auditório 1

Entrada Livre

CETAPS

*(Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese
Studies)*

Comissão Organizadora:

*Maria Zulmira Castanheira
Miguel Alarcão*

JORNADA BYRONIANA
(Nos 200 anos da Visita de Byron a Portugal)
18 Junho 2009 — Auditório 1

Entrada Livre

10:00-11:00 — Arqº Paisagista Gerald Luckhurst: «Byron, Sintra's first tourist»

Coffee-break

11:30-12:00 — Prof. Doutor Jorge Miguel Bastos da Silva (FLUP/CETAPS): «O Génio e o Desespero: Byron e a Violência da Visão Romântica»

12:00-12:30 — Prof. Doutora Maria Zulmira Castanheira (FCSH/CETAPS): «Os precipícios do génio: imagens de Byron na imprensa periódica do Romantismo português»

Almoço

15:00-15:30 — Professor Doutor João de Almeida Flor (FLUL/CEAUL): «Um soneto de desagravo português dedicado a Lord Byron (1844)»

15:30-16:00 — Doutora Maria de Deus Duarte (CETAPS): "Amazonas não são da Hespanha as filhas? Byron & 'the Spanish maid'"

16:00-16:30 — Prof. Doutor Miguel Alarcão (FCSH/CETAPS): «Byron nosso contemporâneo: uma fantasia ludita»

16:30-17:00 — Prof. Doutor Manuel Filipe Canaveira (FCSH/CETAPS): «Um programa político a propósito de Byron: David Mourão-Ferreira falando do poeta inglês na televisão marcelista»

Colares de Honra

Organização: CETAPS (Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies)/Lisbon Branch

Título | Title

O Rebelde Aristocrata. Nos 200 Anos da Visita de Byron a Portugal

Organizadores | Editors

Maria Zulmira Castanheira

Miguel Alarcão

Local de publicação | Place of publication

Porto

Editor | Publisher

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies

Web Design

Marinela Freitas

Jorge Bastos da Silva

Data de publicação | Date of publication

Março de 2010 | March 2010

Colecção | Series

Studies in Classicism and Romanticism, nr 1

ISSN 1647-676X

ISBN 978-972-8932-57-2